

**PDU FLORIANÓPOLIS
BR-L1590**

**PLANO DE CONSULTA E PARTICIPAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS
DOCUMENTO PRELIMINAR**

Julho de 2023

Permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

CRÉDITOS

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Prefeitura Municipal de Florianópolis

Consultores

Marcelo da Costa e Rogério Peter

SUMÁRIO

1. Introdução.....	5
2. Descrição do Programa	5
2.1. Antecedentes do Programa e Problemas Identificados.....	6
2.2. Objetivos do Programa	7
2.3. Área de Abrangência do Programa.....	7
2.4. Cronograma do Programa	15
2.5. Orçamento do Programa	15
2.6. Descrição dos Componentes do Programa	15
2.7. Definição e Caracterização da Amostra Representativa	28
2.7.1. Componente 1 – Amostra	28
2.7.2. Componente 2 – Amostra	44
3. Objetivo do Plano de Consulta.....	59
4. Princípios Adotados no Plano de Consultas Públicas e Engajamento Significativo das Partes Interessadas	60
5. Abrangência	61
6. Identificação das Questões Prioritárias.....	65
7. Identificação dos atores e partes interessadas	66
8. Organização das Consultas públicas	67
8.1. Roteiro das Consultas	70
8.2. Devolutiva de Questões.....	71
8.3. Gênero em desenvolvimento e vulneráveis	71
9. Recursos Alocados Previstos	72
9.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social	73
9.1.1. Recursos de comunicação existentes.....	75
9.2. Recursos humanos.....	76
10. Comunicação Social– Estratégia Metodológica para a Preparação do PROGRAMA (Consultas Públicas).....	76
10.1. Abordagem da Comunicação Social para Consultas Públicas	77
10.2. Recursos de comunicação existentes	77
10.3. Atividades a serem desenvolvidas na Divulgação e Comunicação durante o Processo de Consultas Públicas da Preparação	78
10.3.1. Atividade 1 – Gestão da estratégia de comunicação do processo de Consultas Públicas para preparação do Programa	79
10.3.2. Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação	80
10.3.3. Atividade 3 – Gestão da Comunicação na fase de preparação do PROGRAMA.....	80
ANEXO 1 – Matriz de Partes Interessadas	82

1. INTRODUÇÃO

O processo de engajamento de partes interessadas é um instrumento utilizado como elo entre os atores sociais, com a intenção de conjugar interesses da sociedade e do poder público, promovendo a sustentabilidade do negócio. Durante este processo propostas e críticas podem ser apresentadas, depoimentos podem ser colhidos, dúvidas podem ser esclarecidas. É ideal para ouvir as pessoas diretamente afetadas pelo tema em questão, bem como colher indicação de alternativas para solucionar eventuais conflitos, conforme a normativa nacional e estadual e da Política Ambiental e Social do BID, conforme expresso no Padrão de Desempenho Ambiental e Social - PDAS 10: Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

Neste contexto se insere a proposta de construir um canal de comunicação com público diretamente ou indiretamente afetado pelo **PDU Florianópolis**.

Os objetivos específicos do Programa são:

- (i) Melhorar as condições de circulação viária no município e assim reduzir os tempos de viagem e estresse psicológico;
- (ii) Priorizar e garantir a circulação de pedestres e modos não motorizados através da implantação e requalificação de calçadas e ciclovias com acessibilidade universal;
- (iii) Reduzir o risco e a ocorrência de incidentes de crime, violência, desordem e desastres através do uso de tecnologias para o monitoramento, antecipação e pronta resposta integrada e coordenada aos eventos;
- (iv) Viabilizar empreendimento habitacionais, oferecendo à família de baixa renda com necessidade de reassentamento, o acesso à moradia social com a produção de novas unidades novas urbanística, ambiental e juridicamente adequadas.

O valor aproximado do Programa é de US 120 milhões de Dólares. Preliminarmente o Programa foi categorizado como Categoria A, principalmente pelos impactos negativos associados com realocação involuntária de pessoas em condições de vulnerabilidade, as condições de riscos naturais e a vulnerabilidade das zonas as mudanças climáticas e a presença de áreas de importância ecológica.

O novo Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID requer que todos os projetos financiados pelo Banco sejam classificados quanto a seus impactos ambientais e sociais, e que sejam objeto de estudos ambientais e sociais, além de planos de gestão ambientais e sociais, compatíveis com a sua classificação. O Marco é composto por 10 Padrões de Desempenho Ambiental e Social (PDAS) específicos, que foram criados para evitar, minimizar, reduzir ou mitigar impactos e riscos ambientais e sociais adversos para projetos financiados pelo BID.

O Programa será estruturado como de Obras Múltiplas para a qual será avaliada uma amostra de projetos economicamente e socio ambientalmente representativos.

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A Prefeitura de Florianópolis e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID estão preparando a operação de crédito “Programa de Desenvolvimento Urbano de Florianópolis - Floripa para Todos”.

Para minorar o impacto dos problemas atuais em Florianópolis, o Programa propõe a realização de investimentos que inclui obras de implantação e melhorias da infraestrutura urbana, habitação e segurança pública e obras de requalificação do centro histórico da cidade.

A seguir, é apresentada uma descrição sobre o PDU Florianópolis, seus projetos e amostra representativa, definidas para avaliação dos impactos ambientais e sociais e definição das respectivas medidas de mitigação.

2.1. Antecedentes do Programa e Problemas Identificados

Florianópolis é uma das três ilhas-capitais do Brasil. A área do município, compreende parte continental e a ilha, abrangendo 436,5 km². Segundo o IBGE Cidades, em 2021 sua população correspondia a aproximadamente 516,5 mil habitantes. Destaca-se como uma das capitais brasileiras com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ordem de 0,847. Em 2019, seu PIB era de 21, 96 bilhões de reais, 3º maior do Estado de Santa Catarina.

Apesar dos seus adequados indicadores sociais e econômicos, Florianópolis vem sofrendo, tal como a maioria das cidades de médio e grande portes no Brasil, com problemas de desenvolvimento e reconversão urbana; os quais afetam a mobilidade urbana, segurança e condições habitacionais que, por sua vez, têm impactos diretos sobre a qualidade de vida dos seus habitantes.

Ao atingir a marca de 516 mil habitantes em 2020, a cidade mais do que dobrou o número de habitantes em relação ao ano de 1980. Outro dado preocupante é a evolução do número de veículos (frota registrada no Município) de forma extraordinária: passou de 159,4 mil, em 2002, para 368,8 mil, em 2020, ou seja, 131% em apenas dezoito anos. Neste sentido, vale destacar a relevância dos eixos viários Centro - Norte da Ilha e Centro - Leste da Ilha, os mais engarrafados de Florianópolis, com congestionamentos constantes e progressivos ao longo da Beira Mar Norte, Av. da Saudade (Viaduto do CIC) e o Elevado de Acesso à SC-403 pela SC-401. Importante ainda destacar a relevância deste corredor viário por seus acessos aos balneários da cidade, cuja capacidade esgotada impacta fortemente, de forma negativa, o setor turístico da capital, vital para o município.

Passando para a área central da cidade, Florianópolis possui diversos prédios históricos no entorno da Praça XV de Novembro. A região leste da praça é composta por ruas estreitas, com imóveis mal conservados, com um comércio sem dinamismo e com uma ocupação muito decadente. Vários prédios antigos estão desocupados ou com atividades precárias. Cabe salientar que toda a região possui potencial comercial, habitacional e turístico, desde que receba os incentivos devidos para sua plena recuperação.

A segurança pública e redução do risco de desastres é uma questão crítica para o município, impactando diretamente sua vocação econômica e a qualidade de vida, que além de direito fundamental de cidadania é atributo essencial para a atração e retenção de investimentos e talentos, principalmente, nas áreas de tecnologia, turismo e serviços. A partir do intenso crescimento populacional do município, associado à urbanização desordenada e atração de população fixa e flutuante em decorrência de sua identidade e vocação, a segurança pública é um dos temas que vem exigindo cada vez mais a adoção de medidas tecnológicas para o controle do crime, violência, desordem e risco de desastres.

Na incidência criminal, a cidade possui altos índices de homicídios dolosos, mortes violentas intencionais, roubos e furtos, tráfico de drogas, violência acima da média estadual, além de índices elevados de acidentes de trânsito, associados à condução de motoristas alcoolizados, excesso de velocidade e direção perigosa. A cidade também convive com alto volume de ocorrências, relacionadas à ocupação/construção ilegal em áreas sensível ambientalmente e/ou socialmente ou protegidas.

Desta forma, a falta de uma instalação física para a integração das ações de comando, controle e coordenação da segurança urbana, associado a um ecossistema tecnológico de monitoramento e análise dos espaços e vias públicas combinando dispositivos de videomonitoramento, põe a cidade em grave situação de vulnerabilidade impactando a capacidade de antecipar, monitorar, detectar, responder e atuar de forma coordenada em incidentes.

Florianópolis apresenta um grande déficit, conforme registrado no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de 2012. À época, este número era de 14.990 moradias consideradas como demanda reprimida, compreendido entre o déficit quantitativo de 7.842 unidades, aquela necessidade de reposição da habitação, e 7.148 unidades como déficit qualitativo, caracterizadas com algum padrão de irregularidade como carência de infraestrutura, adensamento excessivo ou inadequação fundiária. Dados mais recentes da Fundação João Pinheiro (2023) sobre o déficit habitacional reforçam a gravidade da situação na Região Metropolitana de Florianópolis: em 2019 o déficit total atingiu o número de 32.406 unidades; as moradias precárias (rústicos e improvisados) chegaram a 3.388 unidades e moradias com ônus excessivo do aluguel a 24.979.

2.2. Objetivos do Programa

O objetivo geral do programa é contribuir para o desenvolvimento territorial ambientalmente sustentável e inclusivo do Município de Florianópolis, por meio da promoção do acesso à habitação adequada e da melhoria do habitat urbano.

Os objetivos específicos são:

- i. ampliar o acesso a moradia adequada, para a população que mora em situação de alta vulnerabilidade social e ambiental, sob parâmetros de sustentabilidade e de inclusão;
- ii. melhorar os níveis de serviço em eixos estruturantes para a mobilidade sustentável da cidade;
- iii. contribuir para a requalificação e preservação urbanística integral do centro histórico, e;
- iv. fortalecer a gestão territorial e a segurança urbana da cidade, bem como a gestão de riscos socioambientais do município.

2.3. Área de Abrangência do Programa

O Programa irá beneficiar a população do município de Florianópolis, localizada conforme a figura a seguir. As áreas específicas de intervenções do PDU Florianópolis são apresentadas nos tópicos adiante e refletem a espacialização das áreas previstas nas Componentes do Programa que são detalhadas no Capítulo 2.6 deste documento.

Figura 1 – Localização do município de Florianópolis



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

A seguir é apresentada figura com as intervenções previstas no âmbito programa e que são descritas na sequência.

Soluções Habitacionais e Urbanísticas

O Programa prevê a implantação de 2.064 novas unidades habitacionais nas seguintes comunidades:

- Região Centro Insular nos Bairros: Agronômica e Saco dos Limões;
- Região Continental nos Bairros: Coqueiros, Canto e Monte Cristo;
- Região Sul nos Bairros: Tapera, Carianos, Campeche e Ribeirão da Ilha;
- Região Norte: nos Bairros: Ingleses e Canasvieiras.

Uma parte das unidades habitacionais receberão as famílias que forem retiradas de locais de risco geológico, ambiental (...) previamente mapeados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. As áreas de remoção de famílias compreendem áreas de risco ou de proteção ambiental, e serão objeto de recuperação através de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). Destaca-se que outra parte das unidades habitacionais serão destinadas aos processos de Demanda Aberta.

A figura a seguir mostra as áreas de inserção e abrangência destas intervenções.

Figura 2 – Área de abrangência das Habitações Populares e de Recuperação

- Áreas de Recuperação / Remoção
- Áreas de Conjuntos Habitacionais

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

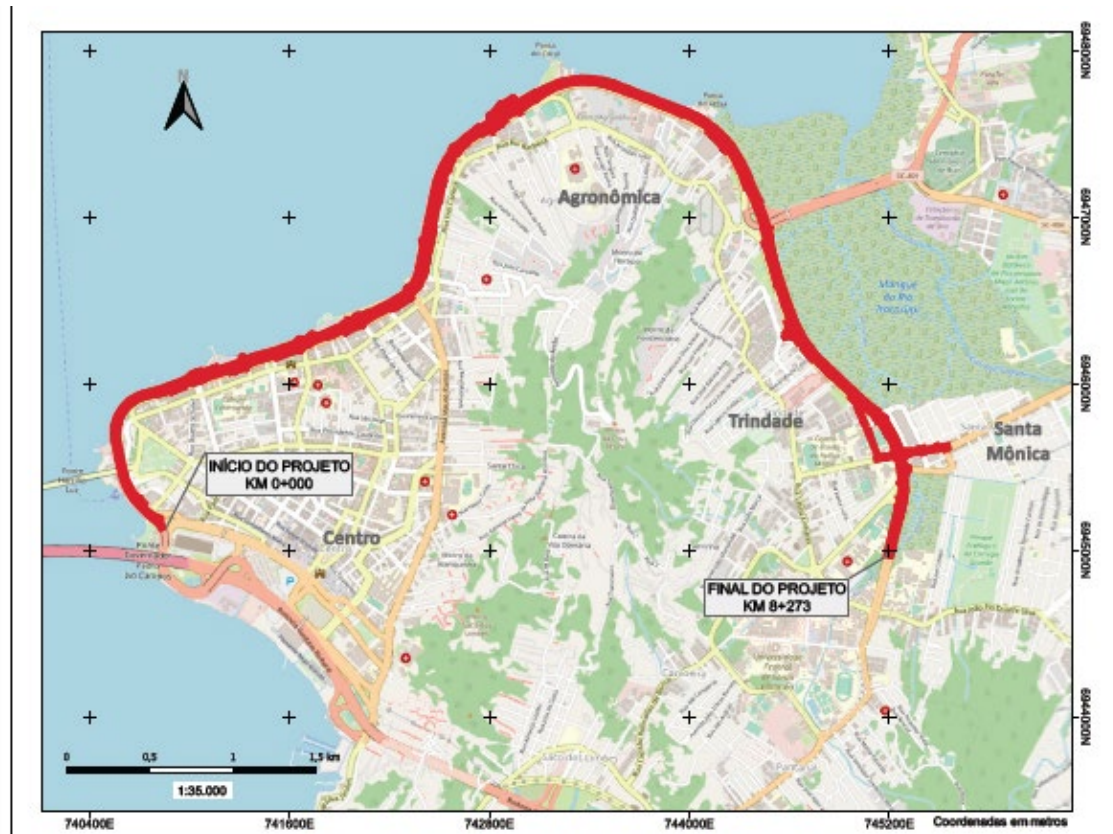
Ampliação e Melhoria da Infraestrutura Urbana

Tendo como objetivo a melhoria considerável da circulação urbana da cidade, a Prefeitura Municipal prevê:

- A ampliação da Avenida Beira Mar Norte, iniciando-se próximo à Avenida Paulo Fontes e da Ponte Hercílio Luz e estendendo-se ao longo da orla da ilha percorrendo toda a porção norte até as proximidades com a Avenida João Pio Duarte Silva.

- A ampliação do Viaduto do CIC (Centro Integrado de Cultura), na ligação centro com o leste/norte da Ilha, conexão com a Avenida da Saúde.
- A implantação de novo Viaduto na interseção da SC-401 com a SC-403, na região norte da Ilha, próximo ao bairro Canasvieiras.

Figura 3 – Área de abrangência do projeto de ampliação da Avenida Beira Mar Norte



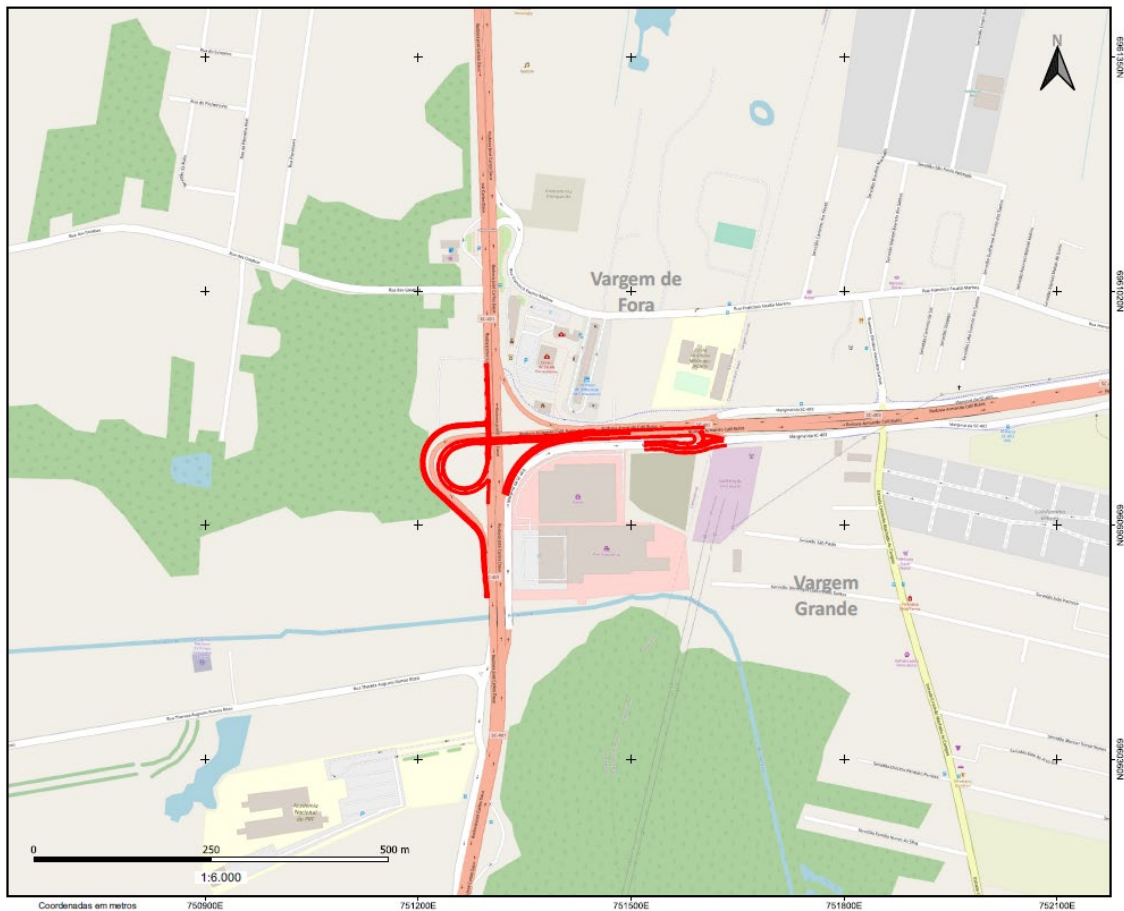
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 4 – Área de abrangência da ampliação do Viaduto do CIC



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 5 – Área de abrangência do novo Viaduto na interseção da SC-401 com a SC-403

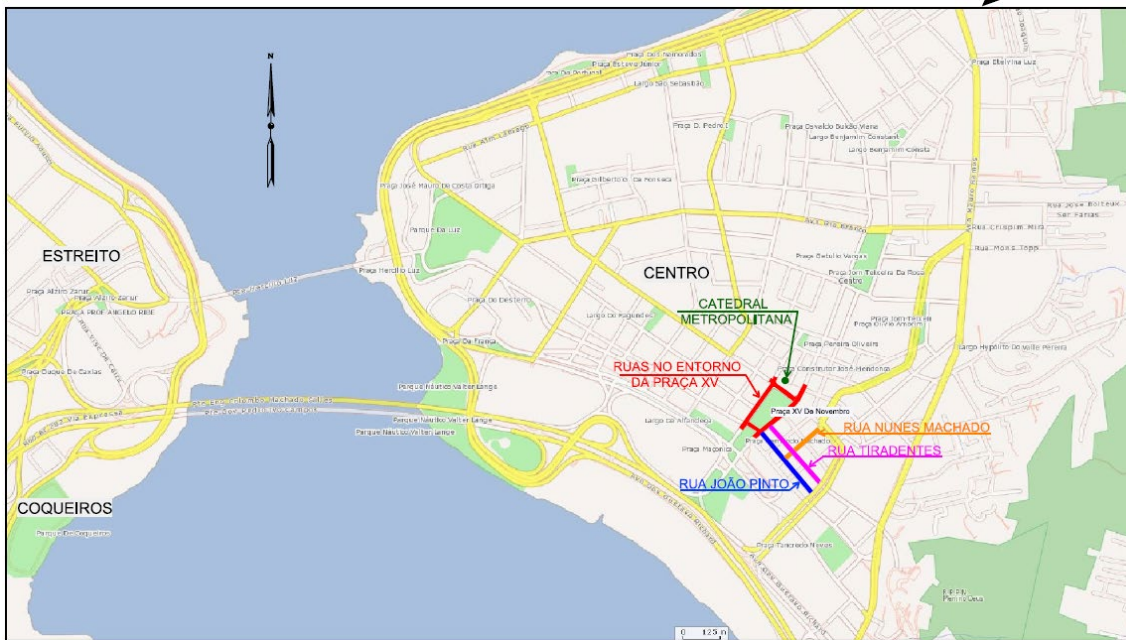


Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Requalificação do Centro Leste

A revitalização e requalificação do Centro Leste abrange a Rua João Pinto, Rua Nunes Machado, Rua Tiradentes, entorno da Praça XV e Calçadas da Rua Antônio Luz e Largo da Catedral.

Figura 6 – Área de abrangência revitalização do Centro-Leste

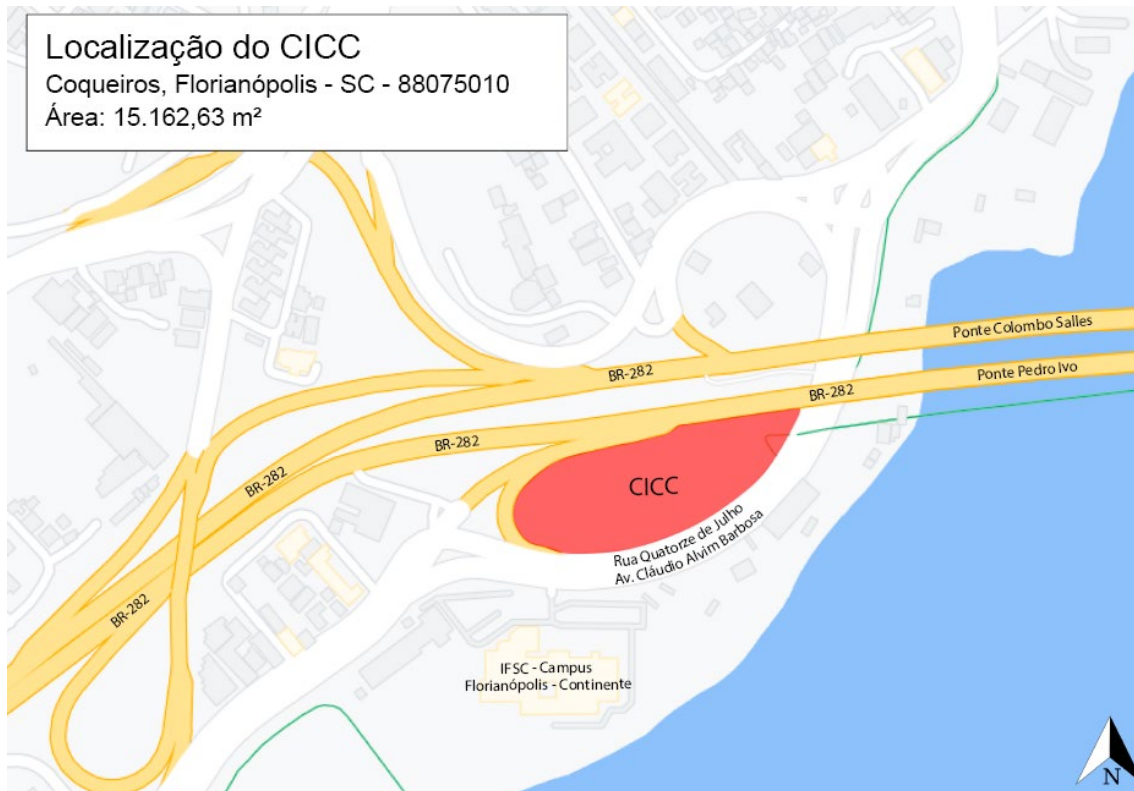


Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Gestão Territorial e Segurança

Este sistema contempla a construção e operacionalização de um Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), além da instalação e integração de outros equipamentos. A localização prevista para o CICC será na rua Quatorze de Julho, próximo à ponte Pedro Ivo e do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

Figura 7 – Área de localização do CICC



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

2.4. Cronograma do Programa

O PDU Florianópolis será executado em um período de 5 anos.

2.5. Orçamento do Programa

O orçamento do PDU Florianópolis será de US\$ 150 milhões, sendo US\$ 120 milhões de empréstimo do BID e US\$ 30 milhões de contrapartida do município.

Tabela 1 – Orçamento do Programa

Fonte	US\$
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	120.000.000,00
Contrapartida Financeira (CF)	30.000.000,00
Total	150.000.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

2.6. Descrição dos Componentes do Programa

O PDU Florianópolis está estruturado em 4 componentes, além da Administração e Monitoramento do Programa, a saber:

- **Componente 1. Soluções habitacionais e urbanísticas integrais para a população vulnerável.** (US\$79,85 milhões) Este componente busca prover soluções habitacionais e urbanísticas de forma integrada ao seu entorno para populações em situação de vulnerabilidade socioambiental, para o qual se financiará: (i) obras para o desenvolvimento de empreendimentos habitacionais com a provisão de infraestrutura urbana e social com baixas emissões de carbono e, com foco em aspectos de gênero e diversidade, o que incluirá a urbanização

integral de terrenos, a construção de moradias, a construção de equipamentos sociais e de lazer, e a execução de serviços de infraestrutura; (ii) a recuperação ambiental das áreas desocupadas, incluindo o isolamento temporário de áreas, o desenvolvimento de planos, a execução de ações de recuperação e proteção ambiental e a construção de equipamentos e espaços de uso público; (iii) serviços de consultoria para a elaboração de estudos técnicos, desenhos e projetos executivos, e; (iv) supervisão técnica e socioambiental. Tanto as desapropriações do programa, quanto as aquisições dos terrenos relacionados à construção dos conjuntos habitacionais, serão financiadas com recursos da contrapartida local.

- **Componente 2. Melhoria da infraestrutura urbana para a mobilidade sustentável** (US\$29,19 milhões). Este componente financiará a ampliação e melhoria dos eixos viários estruturantes da cidade, priorizando obras e medidas para melhorar a segurança viária, assim como outros eixos que priorizem uma melhora no nível de serviço e fomentem o transporte público sustentável e não motorizado. Serão financiados: (i) implantação e melhoria de faixas e viadutos em eixos estruturantes, e obras de mitigação socioambiental associadas, atendendo a padrões de segurança viária e prioridade ao transporte público; (ii) implantação e requalificação de calçadas e ciclovias para priorizar circulação de pedestres e modos não motorizados; (iii) projetos e estudos técnicos ambientais e sociais; (iv) medidas para o fortalecimento institucional da planificação setorial, incluindo plano de mobilidade sustentável para melhoria da eficiência, sustentabilidade e inovação no transporte público; (v) serviços de consultoria para a elaboração de estudos técnicos, desenhos e projetos executivos, e; (vi) supervisão técnica e socioambiental. A desapropriação de área para atividades relacionadas com o componente será financiada pela contrapartida local.
- **Componente 3. Requalificação integral do Centro histórico – Centro para Todos** (US\$15,00 milhões). Este componente contribuirá para a requalificação urbana integral e sustentável do Centro Histórico de Florianópolis, com foco na região leste, por meio do desenvolvimento de intervenções urbanísticas e arquitetônicas estratégicas, a promoção de moradia e a melhoria de espaços públicos para a mobilidade sustentável. Serão financiadas: (i) intervenções urbanísticas piloto considerando critérios de infraestrutura verde e eficiência energética, que incluirão a construção de espaço públicos e os equipamentos sociais, além de compra e recuperação de imóveis com valor histórico e patrimonial e, obras de recuperação ambiental e paisagismo; (ii) obras de melhoria geral da mobilidade, com foco na mobilidade não motorizada (espaços para pedestres e espaços para bicicletas) e que incluirão a pavimentação de vias e calçadas, iluminação pública, sinalização e elementos de segurança; (iii) projeto piloto de habitação, de modo a promover a participação do setor privado, que inclui estudos de viabilidade financeira e de pós ocupação, e; (iv) estudos e projetos, e a supervisão técnica e socioambiental das obras.
- **Componente 4. Gestão Territorial e Segurança Urbana** (US\$14,56 milhões). Este componente desenvolverá ações para fortalecer a gestão territorial e urbana e para o monitoramento da segurança da cidade, por meio da atualização e o desenvolvimento de instrumentos de planejamento urbano e ambiental estratégicos e da implantação de novas ferramentas tecnológicas para a gestão integrada. Serão financiadas: (i) a implantação de um Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), o que incluirá as obras arquitetônicas e de infraestrutura básica para sua implantação; (ii) a aquisição de equipamentos informáticos e tecnológicos, além de outras atividades que visam fortalecer a gestão e a segurança urbana da cidade, bem como a gestão de riscos

socioambientais do município; (iii) a elaboração de estudos técnicos e planos para o fortalecimento da gestão da segurança pública, dos riscos socioambientais, das mudanças climáticas e para o desenvolvimento da mobilidade sustentável, e; (iv) projetos e estudos técnicos ambientais e sociais, incluído compensação ambiental e social, associadas ao impacto direto das obras.

- **Administração e monitoramento do programa** (US\$11,40 milhões¹²). Nesta categoria de gasto, serão financiadas ações de apoio administrativo à execução do programa. Os elementos a serem financiados incluirão: (i) assessoria especializada em apoio e gerenciamento do programa; (ii) estabelecimento de uma Unidade de Gestão do Programa (UGP), incluído a contratação e capacitação de especialistas para o seu apoio da Unidade de Gestão do Programa (UGP); (iii) gastos de administração; (iv) as auditorias externas; (v) avaliações do programa, e; (vi) recursos para imprevistos no programa.

A tabela a seguir apresenta os investimentos previstos por componente.

Tabela 2 – Custo preliminar proposto para cada componente do Programa (em milhões US\$)

Componente	BID	Contrapartida Financeira	Total	%
Componente 1: soluções habitacionais e urbanísticas	57,54	22,31	79,85	53,2
Componente 2: Melhorias da infraestrutura urbana de mobilidade	23,23	5,96	29,19	19,4
Componente 3: Requalificação urbana do Centro Histórico	15,00	0	15,00	10
Componente 4: Gestão territorial e segurança urbana	14,56	0	14,56	9,7
Administração e monitoramento do programa	9,67	1,73	11,4	7,6
Total	120	30	150	100

Valores propostos, a ser validado junto ao MF
 Fonte: Ajuda Memória da Missão de Identificação

A seguir, é apresentado um resumo dos Componentes e projetos previstos.

Componente 1. Soluções Habitacionais e Urbanísticas Integrais para a População Vulnerável

Este componente se refere às ações de desapropriações, reassentamentos involuntários e atendimento à demanda aberta previstos neste Programa.

É importante ressaltar que a administração municipal se organizou para identificar áreas públicas, cuja titularidade de domínio público está em nome da Prefeitura Municipal de Florianópolis, zoneamento adequado para a execução desses projetos de habitação de interesse social, e devidamente enquadrados no PMHIS¹ como Programa de Provisão Habitacional na ação de promoção pública de unidades habitacionais prontas. Desta forma, tais terrenos públicos foram devidamente avaliados e seus valores estão sendo utilizados como contrapartida financeira, em acordo com o preconizado no Parágrafo Único do Art. 5º da Resolução nº 3 de 29/05/2019 da COFIEIX.

Nesta perspectiva, a Gerência de Habitação, vinculada à Diretoria de Urbanismo junto da estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, vem elaborando

¹ Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

projetos para habitação de interesse social nesses terrenos de propriedade da Prefeitura, localizados em diversos distritos do município, espacializados conforme apresentado no item 2.3 de Área de Abrangência do Programa.

O Programa prevê a distribuição de 2.064 unidades habitacionais (UH) a serem construídas nos 7 distritos da cidade da seguinte forma:

- 1) 58 UH para as famílias beneficiadas pelo Auxílio Habitacional, segundo a Lei Municipal 9.855/2015. Atualmente, essas famílias recebem o subsídio financeiro previsto em lei para pagar seu aluguel no município até que sejam contempladas por uma solução habitacional definitiva. Desta forma, neste caso não haverá ação de remoção de famílias, pois as mesmas irão permanecer em suas casas até o fornecimento da nova unidade habitacional. O pagamento dos valores mensais com o auxílio está previsto no Produto "Aluguel Social" deste Programa para 48 meses (tempo previsto para construção das UH);
- 2) 902 unidades deverão ser destinadas para as famílias com necessidade de reassentamento/remanejamento. São aquelas classificadas como assentamentos precários que englobam situações distintas de precariedade e irregularidade, não identificadas no déficit habitacional qualitativo e quantitativo, pois caracterizam a necessidade de remoção da população envolvida em razão da ocupação ser imprópria para a consolidação, com impedimentos legais, de risco, sem possibilidades de superação por meio de intervenções estruturantes e urbanísticas.
- 3) 1.104 unidades habitacionais serão destinadas aos beneficiários da demanda aberta do município, ou seja, aqueles munícipes que estejam cadastrados no sistema habitacional do município. Para isso será efetuada uma seleção dentro do cadastro habitacional do município, seguindo os critérios anteriormente previstos no Decreto Municipal Nº 13.120 de 27 de maio de 2014 que dispõe "sobre os critérios municipais do processo de seleção de famílias beneficiárias dos programas habitacionais do município e Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, no âmbito do programa nacional de habitação urbana, o conjunto de critérios definidos pelo Ministério das Cidades e o município".

Reassentamento de Famílias

Este subcomponente se refere às ações de reassentamentos previstas no Programa, englobando a implantação de Unidades Habitacionais para populações vulneráveis, entre outras modalidades de compensação.

Os beneficiários das unidades habitacionais que se enquadrarem no critério de reassentamento/remanejamento previstos no PMHIS serão mapeados em processo de cadastramento fechado pela equipe de assistentes sociais da GEHAB, as casas serão devidamente seladas, para posterior processo de demolição das construções consideradas irregulares e ato contínuo, execução dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, quando for o caso.

A tabela a seguir mostra as áreas de remoção da população e o número de unidades mapeadas e seu local de destino previsto.

Tabela 3 – Comunidades a serem reassentadas e detalhes sobre os projetos de reassentamento

Nome da área	Bairro/região	Número de unidades mapeadas	Período e fonte do mapeamento	Razão da remoção	Projeto para atendimento
Comunidade Siri B	Inglese	142	2021 (por imagem aérea Google)	área de risco - movimentação de dunas	Conjunto Habitacional Recanto dos Inglese (lajotas)
Comunidade Siri A	Inglese	177	Selagem 2023		
Comunidade das Lajotas	Inglese	148	Selagem 2023	Ocupação da área em que será produzido o Conjunto Habitacional	Conjunto Habitacional Canasvieiras
Morro do Horácio – área do campinho	Centro	21	Selagem 2023	Ocupação da área em que será produzido o Conjunto Habitacional	Conjunto Habitacional Morro do Horácio
Morro do Horácio – área de risco córrego	Centro	64	Selagem 2023	área de risco – inundação	
Comunidade Marielle (lado oeste)	Centro	83	2021 (por imagem aérea Google)	Necessária avaliação de risco, ocupação posterior ao PMRR / Ocupação da área em que será produzido o Conjunto Habitacional	Conjunto Habitacional Complexo Caeira
Comunidade Hélio Costa (lado leste)	Centro	71	2021 (por imagem aérea Google)	Necessária avaliação de risco, ocupação posterior ao PMRR	
17 Comunidades do Maciço do Morro d Cruz	Centro	70	Não espacializadas (situações pontuais nas 17 comunidades), porém precisam ser reavaliadas pós obras PAC	Área de risco - escorregamento, rolamento de bloco e enxurrada	Conjunto Habitacional Morro do Horácio ou Conjunto Habitacional Complexo Caeira

Nome da área	Bairro/região	Número de unidades mapeadas	Período e fonte do mapeamento	Razão da remoção	Projeto para atendimento
Rio Tavares (Trevo da Seta)	Rio Tavares	41	2022 (levantamento in loco da equipe social da SMHDU)	Ação judicial com decisão para remoção	Conjunto Habitacional Carianos
Servidão Alzira Machado Custódio	Rio Tavares	27	2021 (levantamento in loco da equipe social da SMHDU)	Ação judicial com decisão para remoção	
Servidão Beira-Rio	Tapera	34	2021 (levantamento in loco da equipe social da SMHDU)	Ação judicial com decisão para remoção	Conjunto Habitacional Portal do Sul (Tapera)
Servidão Bertinho	Tapera	24	2019 (levantamento in loco da equipe social da SMHDU)	Ação judicial com decisão para remoção	
Total		902			
Aluguel social	Região Central - Maciço do Morro da Cruz	35	Cadastro de atendimento do município	Ato de interdição permanente da Defesa Civil Municipal	Conjunto Habitacional Vila Santa Vitória (Rua Joaquim Costa)
	Outras regiões	23	Cadastro de atendimento do município		*Projeto diversos (de acordo com o local de origem)
Total		58			

Demanda Aberta

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV foi lançado no ano de 2009, instituído pela Lei federal nº 11.977, com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e rurais, objetivando enfrentar o déficit habitacional do país – estimado em 6 milhões de moradias, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2012), com meta de construir 1 milhão de moradias no prazo de 02 anos, sendo dessas, 400 mil unidades destinada à população de baixa renda.

O PMCMV é composto pelos subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. O Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, foco desse descritivo, é gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, tendo como principal fonte de recursos o próprio Orçamento Geral da União – OGU, recursos não retornáveis, o que o diferencia de todos os demais programas habitacionais já existentes no Brasil, e atribui-lhe relevância para a política nacional habitacional.

O PMCMV foi criado no contexto da crise econômica mundial, e pensado, além de seu caráter social, como uma medida anticíclica diante à ameaça de crise financeira no país, onde o governo decide estimular o setor da construção civil, visando gerar empregos, renda e estabilidade economia, e por consequência, favorecer o capital imobiliário. Dessa forma, o Programa passa a ser implementado com a aprovação da Medida Provisória nº 459, em março de 2009, com investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões – sendo R\$ 25,5 bilhões do Orçamento Geral da União, R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 1 bilhão do BNDES. (ROMAGNOLI, 2012).

Além da maior parte do recurso utilizado no Programa ser oriundo do OGU, o PMCMV também se diferencia dos demais já existentes, por atender a grupos populacionais com faixas de renda diferenciadas, de 0 a 10 salários-mínimos, englobando desde a população de baixa renda até aqueles que podem ser beneficiados pelas linhas de crédito formais. Também se diferencia por prever ações em parceria com entidades da sociedade civil, tanto nas áreas urbanas como rurais, por priorizar o atendimento a habitação de interesse social e incluir como obrigatória a realização do Trabalho Social.

No ano de 2020, 11 anos após sua criação, o PMCMV é extinto e substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela, instituído pela Medida Provisória nº 996/2020 e regulamentado pela Lei Federal nº 14.118/2021. O referido programa já nasce sob fortes críticas dos agentes que atuam nas Políticas Habitacionais e Urbanas no país, por ter sido criado sem amplas discussões e consultas, pautado apenas no discurso oficial de romper com o Programa Minha Casa Minha Vida.

O Programa Casa Verde e Amarela, no período de sua execução (01/2021 a 01/2023), não logrou êxito no atendimento à Habitação de Interesse Social, não efetivando novos empreendimentos para atender à população de baixa renda, faixa responsável pelo grosso do déficit habitacional do país.

Em 2023, o PMCMV é retomado, através da Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023 (Regulamentada pelo Decreto nº 11.439, de 17 de março de 2023), com a finalidade de promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

Para as áreas urbanas, novo formato do Programa atenderá famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), consideradas as seguintes faixas:

- a) Faixa Urbano 1 – renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais);
- b) Faixa Urbano 2 – renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 (dois mil seiscentos e quarenta reais e um centavo) até R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais); e
- c) Faixa Urbano 3 – renda bruta familiar mensal de R\$ 4.400,01 (quatro mil e quatrocentos reais e um centavo) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

Para fins de enquadramento nas faixas de renda, o cálculo do valor de renda bruta familiar não considerará os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, Benefício de Prestação Continuada – BPC e benefício do Programa Bolsa Família, ou outros que vierem a substituí-los.

Em março de 2023 é criada a Portaria Interministerial MCID/MF nº 2, que dispõe sobre a concessão de subvenções econômicas, meta de atendimento e remunerações do gestor operacional e agentes financeiros atuantes no PMCMV e, institui o limite de subvenção econômica das linhas de atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, estipulando para projetos urbanos:

- R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para as linhas de atendimento provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas e locação social de imóveis em áreas urbanas, operadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial ou do Fundo de Desenvolvimento Social.

Operacionalização do Programa

Em 15 de junho de 2023 é publicada a Portaria MCID nº 724, que dispõe sobre as condições gerais da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

O MCMV-FAR tem por finalidade a provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas, mediante construção de empreendimento habitacional novo em terreno livre ou requalificação de edificação existente, destinadas ao atendimento de:

- I – Famílias que integrem o cadastro habitacional local, mediante processo informatizado de cadastramento e de seleção de famílias, de responsabilidade do Ente Público Local, conforme disposto em ato normativo específico de definição de famílias, que seja passível de auditoria pelos órgãos competentes;
- II – Famílias que tenham perdido seu único imóvel pela realização de obras públicas federais e que integrem compromisso pregresso de unidades habitacionais vinculadas autorizadas;
- III – Famílias que tenham perdido seu único imóvel por situação de emergência ou estado de calamidade pública decretada a partir de 1º de janeiro de 2023 e formalmente reconhecida por portaria da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; e
- IV – Famílias residentes, até a data de publicação desta portaria, em área de risco de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas e processos geológicos ou hidrológicos correlatos em que não seja possível a consolidação sustentável das ocupações existentes, conforme ato normativo específico do Ministério das Cidades.

O Art. 10 da Portaria MCID nº 724, estabelece que, compete ao Municípios, Estados e Distrito Federal, na qualidade de Ente Público Local apoiador ou proponente do empreendimento habitacional:

- I – Providenciar a documentação sob sua responsabilidade, na forma e prazos exigidos pelos atos normativos da linha de atendimento;
- II – Promover, em articulação com a empresa do setor da construção civil, as aprovações e os licenciamentos cabíveis para a viabilização do empreendimento habitacional;
- III – Discricionariamente, indicar terreno sem ônus real e não ocupado, cujo titular tenha interesse na doação ao Fundo de Arrendamento Residencial, para a implementação do empreendimento habitacional, conforme documentação exigida por esta Portaria e por ato normativo específico de abertura de procedimento de enquadramento e contratação de empreendimento habitacional;
- IV – Firmar contrato com o Fundo de Arrendamento Residencial, representado pelo Agente Financeiro, e com empresa do setor da construção civil, em que constarão as suas responsabilidades e compromissos assumidos;
- V – Providenciar contrapartida financeira, quando necessária, para complementação dos custos incidentes ao empreendimento habitacional, mediante justificativa em instrumento orçamentário integrante da proposta de empreendimento habitacional;
- VI – Facultativamente, celebrar convênio com o Gestor do Fundo, representado pelo Agente Financeiro, para efetuar contrapartida referente à participação financeira das famílias beneficiárias, com a manutenção da subvenção concedida à família, conforme disposto nesta Portaria;
- VII – Realizar o processo administrativo para a escolha de empresa do setor de construção civil, na hipótese de doação de terreno e no atendimento das famílias de que trata o art. 2º, incisos II, III e IV;
- VIII – Realizar a indicação de famílias candidatas ao benefício, conforme ato normativo específico de definição de famílias;
- IX – Realizar o Trabalho Social, conforme ato normativo específico referente à matéria;
- X – Efetuar a designação de cada unidade habitacional à família beneficiada correspondente;
- XI – Informar ao Agente Financeiro, até a entrega do empreendimento, o endereço, a quantidade e o tipo de adaptação na unidade habitacional que atenda às necessidades relacionadas ao impedimento da pessoa com deficiência, de que trata a Lei Brasileira de Inclusão;
- XII – Finalizada a obra do empreendimento e as obrigações conferidas à empresa do setor da construção civil, responsabilizar-se pela guarda e pela manutenção dos imóveis até a ocupação da família beneficiária e pelo ônus de eventuais despesas decorrentes;
- XIII – Assegurar, por meio de lei, isenção permanente e incondicionada, enquanto perdurarem as obrigações contratuais do beneficiário, dos tributos de sua competência que tenham como fato gerador a transferência das moradias ofertadas pelo Programa, a qual deverá produzir efeitos em momento prévio à contratação do empreendimento habitacional, vedada a vinculação da isenção à quitação de eventual dívida do beneficiário com o Ente Público;

- XIV – Divulgar à família cronograma de ocupação dos imóveis a partir do recebimento das chaves, em articulação com o Agente Financeiro, conforme etapa de entrega do empreendimento habitacional;
- XV – Monitorar a permanência da família beneficiária na unidade habitacional pelo período de 60 (sessenta) meses após a assinatura do seu contrato;
- XVI – Informar ao Agente Financeiro situações que representem descumprimento contratual por parte da família beneficiária; e
- XVII – Zelar pela aplicação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, em conformidade com a legislação aplicável.

Plano de recuperação ambiental das áreas degradadas (PRAD)

O programa prevê a recuperação ambiental das áreas reassentadas com a elaboração e execução do plano de recuperação ambiental das áreas degradadas (PRAD), com área aproximada de 52.080,00 m².

Tal recuperação consiste, de modo geral, na retirada das edificações construídas em locais inapropriados ou em áreas de risco e na recomposição da vegetação nativa do local. O Projeto de recomposição vegetal (PRV) deverá seguir o preconizado na Instrução Normativa No 001/2021/DILIC/FLORAM. O detalhamento sobre a elaboração do PRAD e PRV podem ser apreciados nos Anexos **Error! Reference source not found.** e **Error! Reference source not found.**.

Para os casos em que a recomposição vegetal for realizada em Área de Preservação Permanente (APP), também deverão ser seguidas as orientações adicionais constantes na Resolução CONAMA nº 429/2011, que dispõe sobre a metodologia para recuperação de APP.

Ainda, para os casos em que houver necessidade de demolição de estruturas/edificações, com geração de entulhos e resíduos da construção civil, deverá ser seguido o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações.

Aluguel Social

O Aluguel Social será pago mensalmente a cada uma das 58 famílias que hoje já recebem este subsídio financeiro previsto em lei (conhecido também como Auxílio Habitacional). Atualmente, essas famílias já recebem este auxílio e o utilizam para pagar seus aluguéis das habitações no município.

O pagamento dos valores mensais com o auxílio será aportado como contrapartida financeira do Programa, numa perspectiva inicial de 48 meses, até a construção das Unidades Habitacionais previstas no Produto "Implantação de Unidades Habitacionais em comunidades de baixa renda" deste Programa.

Desapropriações

Este item compreende as ações elegíveis (processo de desapropriação e ressarcimento) para realização da desapropriação do imóvel de particular e que consta nos traçados das vias previstas no Produto "Implantação do Novo Elevado na Interseção da SC-401 com a SC-403".

O projeto executivo do Novo Elevado da Interseção da SC-401 com a SC-403 mostra a necessidade da seguinte desapropriação: área de terra sem benfeitoria com área total de 378,12 m². O proprietário será indenizado com valores de contrapartida local do Programa.

Componente 2. Melhoria da Infraestrutura Urbana para a Mobilidade Sustentável

Este componente abrange as obras de mobilidade e desenvolvimento urbano previstas no Programa.

Implantação da Quarta Faixa na Avenida Beira Mar Norte

A concepção da implantação da quarta faixa de rolamento em ambos os sentidos de toda a extensão da Avenida Beira Mar Norte, compreende a Avenida Osvaldo Rodrigues Cabral desde o elevado Rita Maria até o entroncamento com a Rua Desembargador Arno Hoeschl, a Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos desde este entroncamento até encontro com a via do final da Praça Governador Celso Ramos situada mais ao norte, a Avenida Irineu Bornhausen deste ponto até o elevado do CIC e a Avenida Professor Henrique da Silva Fontes deste local até o entroncamento com a Rua Delfino Conti e Rua João Pio Duarte Silva, com extensão aproximada de 8.740 metros.

Além disso, o projeto também engloba uma revitalização do bolsão de estacionamento localizado ao lado da Ponta do Coral, com aproximadamente 250 metros e uma revitalização da Rua Osmarino de Deus Cardoso (400 metros) e um segmento da Avenida Madre Benvenuta (410 metros) onde farão parte de uma nova entrada para o bairro do Santa Mônica.

Implantação de Novo Elevado na Interseção do CIC e Ampliação da Avenida da Saudade, sentido Itacorubi

Pretende-se com esta obra desafogar e aliviar o trânsito localizado neste ponto principalmente no horário de pico do final da tarde, onde um fluxo muito intenso de tráfego se destina ao norte e ao leste da ilha em um mesmo período, ele é composto de um novo elevado, ampliação de via (avenida da saudade, sentido Itacorubi) e ampliação de duas pontes (sobre o rio Sertões e sobre o rio Itacorubi).

Implantação do Novo Elevado na Interseção da SC-401 com a SC-403

O projeto tem como principal objetivo a implantação de um novo elevado na Interseção da SC-401 e SC-403, via que dá acesso ao bairro Ingleses e logo ao lado do elevado já existente, porém que não permite acesso aos usuários provenientes do bairro Canasvieiras .

Será criada uma faixa de desaceleração na SC-401, no sentido Canasvieiras-Centro, abertura do looping de acesso para o bairro Ingleses com uma faixa de rolamento, e a implantação do novo viaduto para encaixe com a SC-403, sentido Ingleses.

Outras adaptações estão previstas no projeto, como uma ciclovia contornando o elevado, conferindo mais segurança aos ciclistas que circulam na ciclofaixa existente e um melhoramento de raio na alça de acesso da SC-403, sentido Ingleses, para a via marginal.

Componente 3. Requalificação Integral do Centro Histórico – Centro para Todos

O Programa prevê a revitalização de diversas ruas do Centro Leste da cidade.

O projeto de requalificação urbana de porção central da cidade de Florianópolis envolve as vias de entorno da Praça XV e aquele conjunto de vias que conectam a Praça à Avenida Hercílio Luz, englobando importante setor da cidade, comumente chamado Setor Leste ou Centro Leste. O anteprojeto desenvolvido pela Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano de Florianópolis, em conjunto com o SEPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico do Município de Florianópolis) e demais secretarias municipais, propõem a qualificação das vias públicas, com foco em melhorar a caminhabilidade da

região, priorizando a mobilidade ativa, dentro dos parâmetros de acessibilidade universal. Além das melhorias voltadas para a mobilidade, o projeto também visa melhorar a infraestrutura dos estares públicos favorecendo as diferentes formas de ocupações culturais que já ocorrem na área, bem como objetiva suscitar novas apropriações e estimular a vitalidade urbana.

É importante ressaltar que a região abrangida pelo Projeto é predominantemente de configuração comercial, de serviços, restaurantes e lanchonetes em situação bastante precária. Por esta razão, pela ansiedade e necessidade de recuperação deste entorno, pela viabilização de retomada de suas atividades buscando-se uma configuração similar à da região oeste da Praça XV de Novembro, não se vê grandes dificuldades no rearranjo do tráfego ao longo do desenvolvimento dos trabalhos de suas implantações.

Componente 4. Gestão Territorial e Segurança Urbana

Este componente comporta a implantação de sistema de videomonitoramento e CICC, visando a redução do risco e da ocorrência de incidentes de crime, violência, desordem e desastres através do uso de tecnologias inteligentes para o monitoramento, antecipação e pronta resposta integrada e coordenada aos eventos.

No componente se propõe a instalação e operacionalização de um ecossistema de monitoramento da segurança urbana da cidade composto por:

- Construção de um Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), com aproximadamente 1.200 m², a ser construído em terreno de propriedade do município, na intersecção da Rua Capitão Euclides da Cunha com a BR 282, situada no Bairro Coqueiros, próximo da cabeceira da Ponte Pedro Ivo Campos, que dá acesso à Ilha de Santa Catarina. O CICC possuirá espaços específicos destinados ao monitoramento de câmeras, sensores e dispositivos inteligentes em tempo real; área para recepção, despacho e coordenação de chamadas e denúncias relacionadas a crime, violência, desordem, emergências e desastres; sala de situação com acesso a painéis de indicadores de desempenho e performance das funções críticas da cidade, sala de crise, sala de imprensa e comunicação de riscos; data center; ambientes de suporte administrativo e operacional; área de treinamento, garagem, refeitório e alojamento para equipes e heliponto;
- Aquisição e operacionalização de plataformas tecnológicas, equipamentos e mobiliários para para permitir o funcionamento do CICC em tempo integral;
- Instalação e integração de uma rede de monitoramento do espaço público por meio de aproximadamente 2.500 câmeras, sensores e dispositivos inteligentes, fixos, móveis e aéreos (drones e RPAs) interligados por tecnologias e plataformas de analíticos e inteligência artificial para reconhecimento de placas, veículos, pessoas, comportamento, cercamento digital e monitoramento de eventos como contagem de veículos, detecção de congestionamentos, falhas de iluminação pública, ação de marés, precipitação pluviométrica e emissão de ruídos entre outros.
- Aquisição e operacionalização de um Centro Integrado de Comando e Controle Móvel (CICC-Mov), composto por uma carreta de aproximadamente 18 metros, veículo de tração e dois veículos leves de apoio. O CICC-Mov será equipado com tecnologias e plataformas tecnológicas embarcadas para a instalação e operação de um centro de coordenação, comando e controle de campo, em eventos de grande porte ou impacto, programados ou emergenciais, visando a atuação integrada de forma preventiva ou corretiva de múltiplas agências. O veículo do

CICC-Mov terá ambientes destinados ao monitoramento de câmeras, sensores e dispositivos inteligentes; ambiente para a recepção, despacho e coordenação de comunicação operacional; ambiente para gerenciamento de crises; ambiente para comunicação com a imprensa, área de refeição e conforto para as equipes. Os veículos de apoio serão utilizados para o transporte de equipes e equipamentos, além de suporte logístico às operações envolvendo o CICC-Mov.

Administração e Monitoramento do Programa

Este componente se refere às ações para o gerenciamento do Programa.

Supervisão técnica, ambiental e social

Devido à grande complexidade na execução das obras que compõem este Programa, torna-se necessária a contratação de 1 (uma) empresa especializada no apoio à supervisão das obras a serem executadas.

Os serviços de supervisão das obras compreenderão o apoio às Secretarias Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Secretaria Municipal de Segurança Pública para a fiscalização das metas programadas em contratos firmados com terceiros. Também compreenderão trabalhos de apoio ao acompanhamento da qualidade dos serviços, fidelidade no seguimento das soluções de projeto, aplicação de materiais e uso dos métodos construtivos, perfazendo assim um perfil altamente técnico aos trabalhos. Também deverão ser acompanhadas a acuidade dos trabalhos de sondagem, a escavação e o uso compatível com os materiais e equipamentos, além do monitoramento dos impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras, de controle e redução dos riscos ambientais decorrentes da implantação e operação das obras do Programa.

Para o desempenho do apoio ao serviço de fiscalização e acompanhamento da obra estão previstas as seguintes atividades:

- a) controle da qualidade técnica dos serviços contratados;
- b) acompanhamento do atendimento dos serviços contratados às especificações dos projetos;
- c) verificações técnicas, ambientais e administrativas, relacionadas às atividades do canteiro de obras e das frentes de serviços;
- d) verificação do cumprimento, no âmbito dos contratos dos requisitos de funcionalidade técnica requeridos em projeto;
- e) Verificação do cumprimento, no âmbito dos contratos de obras, da legislação trabalhista, de segurança do trabalho e meio ambiente;
- f) controle dos faturamentos da obra, verificando os quantitativos efetivamente medidos;
- g) acompanhamento da evolução física e financeira dos contratos;
- h) acompanhamento por meio de relatórios mensais que reflitam indicadores de custo, desempenho e avanço físico dos empreendimentos, apontando os caminhos críticos e as alternativas de solução para os problemas decorrentes da execução contratual;
- i) acompanhamento e monitoramento das condicionantes ambientais indicadas na licença ambiental de instalação;

- j) elaboração e apresentação, após a conclusão de cada etapa de obra, o projeto "como construído", de maneira que representem a última versão emitida do projeto e que sejam condizentes com a real implantação da obra.

Unidade de Coordenação do Programa (UGP)

Este produto destina-se a fortalecer o município com uma Unidade de Gerenciamento do Programa, objetivando assegurar as ações e procedimentos desenvolvidos na forma estabelecida no Contrato de Empréstimo a ser celebrado junto ao BID, e poderá contar com uma consultoria de Apoio Operacional Externo a ser contratada.

O Apoio Operacional terá por objetivo suprir a UGP de elementos administrativos e operacionais definidos pelo organismo financiador, nas tomadas de decisões, principalmente quanto às ocorrências apresentadas no período, suas medidas de correção, nas ações preventivas contra potenciais riscos e no acompanhamento do estado físico e financeiro do Programa. Possui a função de cadastramento e atualizações de todas as informações contempladas nas plataformas da Matriz de Usos e Fontes, Plano Operacional Anual, do Plano de Aquisições e Contratações, Status de execução física e financeira das obras e serviço, Plano acompanhamento das Interferências (concessionárias), Plano de Desapropriações, Justificativa de Gastos de Partida e Contrapartida e por fim, acompanhamento das Cláusulas Contratuais do Contrato de Empréstimo a ser negociado e celebrado entre o município e o Organismo Financiador, atentando para seus prazos e obrigações.

Auditoria Externa

A Auditoria Externa fará um exame cuidadoso, sistemático e independente, que terá por finalidade realizar o acompanhamento físico financeiro, averiguando se as atividades desenvolvidas pelas contratadas e pelo município estão de acordo com as disposições estabelecidas pelo BID, se foram implementadas com eficácia e se estão em conformidade com os objetivos do Programa.

Além desta auditoria, o Município fica sujeito às auditorias da Controladoria Municipal, TCE/SC e do TCU, para dar total transparência das ações implantadas.

2.7. Definição e Caracterização da Amostra Representativa

A Amostra Representativa deve considerar investimentos (obras/atividades) que correspondam a 30% do valor total do empréstimo e que deverão estar em estágio avançado de desenvolvimento antes da aprovação da operação. O principal critério para a seleção da Amostra Representativa é que ela possa incluir todas as tipologias de intervenção que serão financiadas pelo programa: tipologias de projetos, tipos de terrenos e custos dos projetos, entre outros.

A seguir, são apresentadas as obras que farão parte da Amostra Representativa.

2.7.1. Componente 1 – Amostra

Componente 1. Conjuntos Habitacionais integrais e moradias para a população vulnerável:

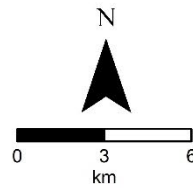
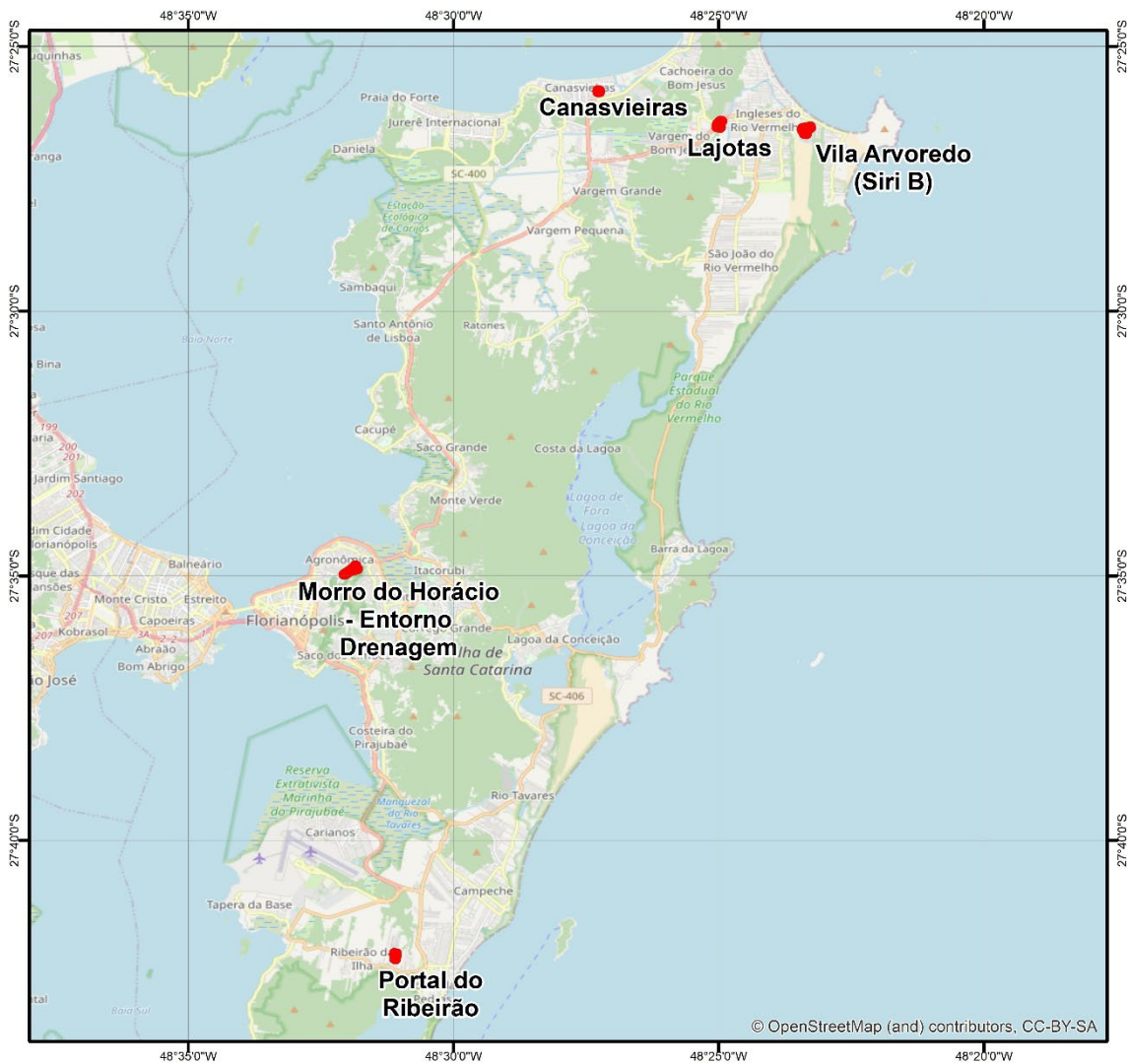
Área de Origem	Demanda	PRAD	Projeto de Atendimento (Destino)	Número de UHs
Vila do Arvoredo	142	Sim	Conjunto Habitacional Recanto dos	300

Área de Origem	Demanda	PRAD	Projeto de Atendimento (Destino)	Número de UHs
(Comunidade do Siri B*)			Ingleses 1 (antiga área de Lajotas)	
Vila Esperança (Comunidade das Lajotas)	148	Não	Conjunto Habitacional Canasvieiras/ (parte) Conjunto Habitacional Recanto dos Ingleses 1	85
Maciço do Morro da Cruz (Morro do Horácio)	85	Sim	Conjunto Habitacional Complexo Morro do Horácio	150
Demanda Aberta	Aberta	Não	Conjunto Habitacional Portal do Ribeirão	120
Total	375	-	-	655

(*) Foram identificadas duas tipologias distintas na Comunidade do Siri (A e B). Na amostra, será estudada apenas a Comunidade do Siri B.

Mapeamento Geral das Áreas de Origem e Destino das Soluções Habitacionais consideradas na Amostras Representativa do Programa.

Figura 8 – Soluções Habitacionais na Amostra do Programa



Legenda
 Soluções de Habitação - Amostra

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023; OpenStreetMap, 2023 (consulta)

Na sequência, é apresentado detalhamento locacional dos projetos e áreas de intervenção, importante destacar a figura a seguir que apresenta a chave de deslocamento envolvendo as soluções de habitação da amostra. Não se trata aqui de Portal do Ribeirão, visto que este conjunto irá atender a demanda aberta.

Figura 9 – Chave de Deslocamento das Comunidades



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023; OpenStreetMap 2023 (consulta)

Vila Esperança (Comunidade Lajotas) – Origem

A área da Vila Esperança (Comunidade Lajotas) é uma área pública, de propriedade da Prefeitura de Florianópolis; esta área foi reservada para receber a relocação da população que atualmente vive sobre área de Dunas na Vila do Arvoredo, na comunidade conhecida como Siri B. Ocorre que esta área foi invadida sendo atualmente a comunidade conhecida como Lajotas.

Figura 10 – Área da Vila Esperança (Comunidade Lajotas)



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Mantendo a programação original, a população que hoje reside em Lajotas será transferida para Canasvieiras – liberando assim a área para a implantação do conjunto habitacional Recanto dos Ingleses, que receberá a população de Siri B.

Foto 1 – Vista geral da Comunidade Lajotas



Fonte: Consultoria, 2023

Canasvieiras – Destino de Lajotas

A área de Canasvieiras (destino da comunidade de Lajotas) se encontra em local já urbanizado, um terreno de 3.195 m² da prefeitura de Florianópolis e que se encontra desocupado, mas com vegetação local, que precisará ser removida.

Figura 11 – Área de Destino em Canasvieiras



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

As fotos a seguir apresentam características da área de Canasvieiras atualmente .

Foto 2 – Vista da rua que dá acesso à área prevista para implantação do Conjunto Habitacional Canasvieiras



Fonte: Consultoria, 2023

Foto 3 – Vista da área prevista para implantação do Conjunto Habitacional Canasvieiras



Fonte: Consultoria, 2023

A figura a seguir apresenta o desenho conceitual do Conjunto Habitacional a ser construído no local, com a integração de praça e sem necessidade de implantação de novos sistemas viários locais.

Figura 12 – Desenho Conceitual do Conjunto Habitacional em Canasvieiras



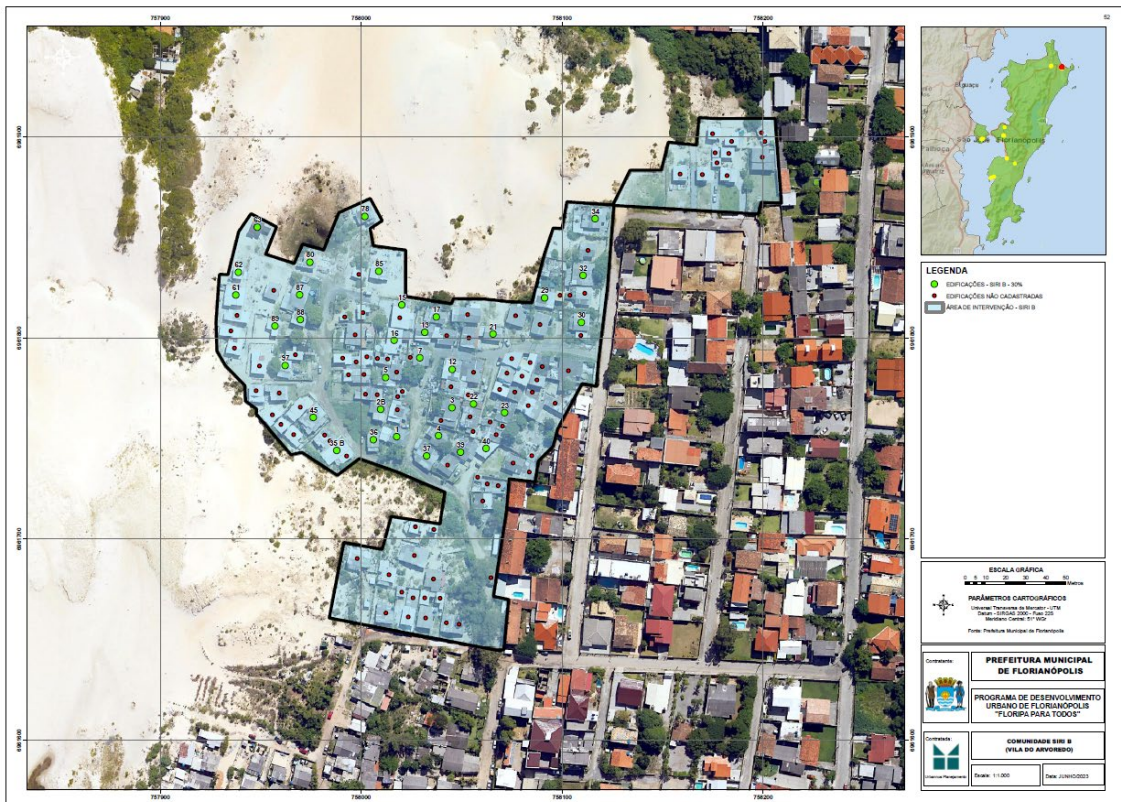
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Vila do Arvoredo (Comunidade Siri B) – Origem

Conforme a figura a seguir, a comunidade Siri B se localiza em área de Duna na Vila do Arvoredo. As casas locais, em geral construções precárias e de madeira, não contam com terreno adequado para sua implantação, não sendo também possível a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Trata-se de área de proteção das dunas, que precisará ser desocupada e passar por um processo de recuperação de áreas degradadas, procurando restabelecer ao máximo o padrão original de duna no local.

Figura 13 – Localização da Vila Arvoredo



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

As fotos a seguir apresentam características da área atual de Siri B.

Foto 4 – Vista da Comunidade Vila Arvoredo



Fonte: Consultoria, 2023

Foto 5 – Vista da Comunidade Vila Arvoredo



Fonte: Consultoria, 2023

Conjunto Habitacional Recanto dos Ingleses 1 (Lajotas) – Destino da Vila Arvoredo

A Área prevista para implantação do Conjunto Habitacional Recanto dos Ingleses 1, onde atualmente está ocupado pela comunidade de Lajotas, possui 8.063,06 m², sendo um terreno público – de propriedade da Prefeitura de Florianópolis. Este terreno já havia sido reservado para receber a comunidade que hoje ocupa a área conhecida como Vila Arvoredo (antiga Siri, na área de dunas). Atualmente a área está invadida por outra comunidade que será realocada para Canasvieiras, conforme já detalhado.

Para a implantação do projeto (a ser denominado Recanto dos Ingleses 1) será necessária a abertura de novas vias e a reestruturação do sistema viário local já existente. A área está em acordo com o zoneamento atual, uma vez que se destina a ZEIS – Zona Especial de Interesse Social. Destaca-se que parte da área de remoção

da comunidade de Lajotas incide em Unidade de Conservação, porém, esta área será objeto de PRAD após liberação.

As fotos a seguir apresentam características da área atual de Lajotas.

Foto 6 – Área prevista para implantação do projeto Recanto dos Ingleses 1, ocupada atualmente pela comunidade Lajotas



Fonte: Consultoria, 2023

Foto 7 – Área prevista para implantação do projeto Recanto dos Ingleses 1, ocupada atualmente pela comunidade Lajotas



Fonte: Consultoria, 2023

A figura a seguir apresenta a área atual de Lajotas, com uso local de expansão urbana não planejada (invasão). Podem ser observadas algumas áreas de vegetação arbórea a parte mais movimentada da área. Existe pequena drenagem local, aparentemente já retificada, esta drenagem não será afetada pelas obras de implantação do Conjunto Habitacional Recanto dos Ingleses.

Figura 14 – Localização da Comunidade Lajotas (onde será implantado o CH Recanto dos Ingleses)



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

A figura a seguir apresenta o desenho conceitual da implantação do CH Recanto dos Ingleses na área atualmente ocupada por lajotas. Pode-se observar que os prédios (com

quatro andares) serão construídos em patamares, de forma a melhor aproveitar a queda do terreno e reduzir riscos de movimentação de massa.

Figura 15 – Desenho Conceitual do Conjunto Habitacional Recanto dos Ingleses 1



Implantação geral



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 16 – Vista conceitual do Conjunto Habitacional



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Morro do Horário – Origem e Destino

A Área destacada para a implantação do Complexo do Horário está junto a comunidade do Morro do Horário, atualmente esta área é utilizada para lazer da população, com um campo de futebol (não se tratando de um equipamento urbano público). São observadas também algumas residências (invasão local). Para a implantação do condomínio no local será necessário algum corte de vegetação, movimentação de terra e abertura de acessos viários locais.

Destaca-se que as famílias que ocupam a área atualmente serão absorvidas no conjunto habitacional. Destaca-se também, conforme a figura a seguir, a área de risco no entorno de pequena drenagem local que será alvo de adequações urbanísticas, com a previsão de remoção de população em áreas de risco, esta população será absorvida pelo mesmo Conjunto Habitacional, evitando seu deslocamento da comunidade.

Figura 17 – Área a ser ocupada no Morro do Horácio



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 18 – Vista da área a ser ocupada pelo Complexo do Horácio



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

As fotos a seguir apresentam características da área atual do Morro do Horácio.

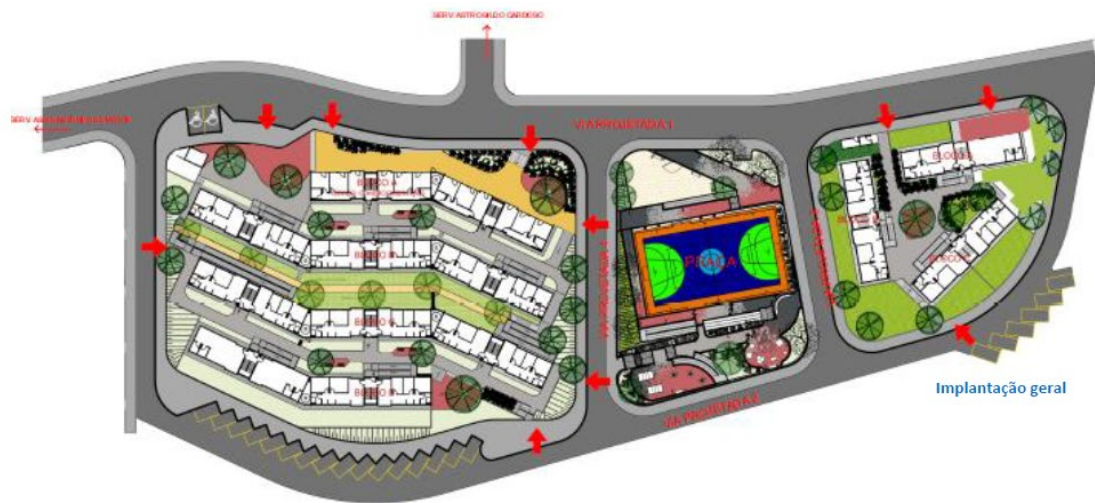
Foto 8 – Área prevista para implantação do projeto Morro do Horácio



Fonte: Consultoria, 2023

Conforme a figura a seguir, o projeto prevê a implantação de dois condomínios, separados por uma praça com campo de futebol e outros equipamentos de lazer públicos.

Figura 19 – Desenho Conceitual dos Conjuntos Habitacionais do Complexo do Horácio



Condomínio 01



Condomínio 02

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Conjunto Habitacional Portal do Ribeirão

A área em Portal do Ribeirão (atendimento à demanda aberta) se encontra em local já urbanizado, um terreno de 7.936 m² da prefeitura de Florianópolis e que se encontra desocupado, mas com vegetação local, que precisará ser removida. Trata-se de dois terrenos. Destaca-se que o projeto arquitetônico deste conjunto habitacional ainda não foi elaborado pela prefeitura.

Figura 20 – Localização do Portal do Ribeirão

MAPA DE LOCALIZAÇÃO – FLORIANÓPOLIS REGIÃO SUL (Fonte: Geo Floripa) E FOTOS



Fonte: Prefeitura de Florianópolis, 2023

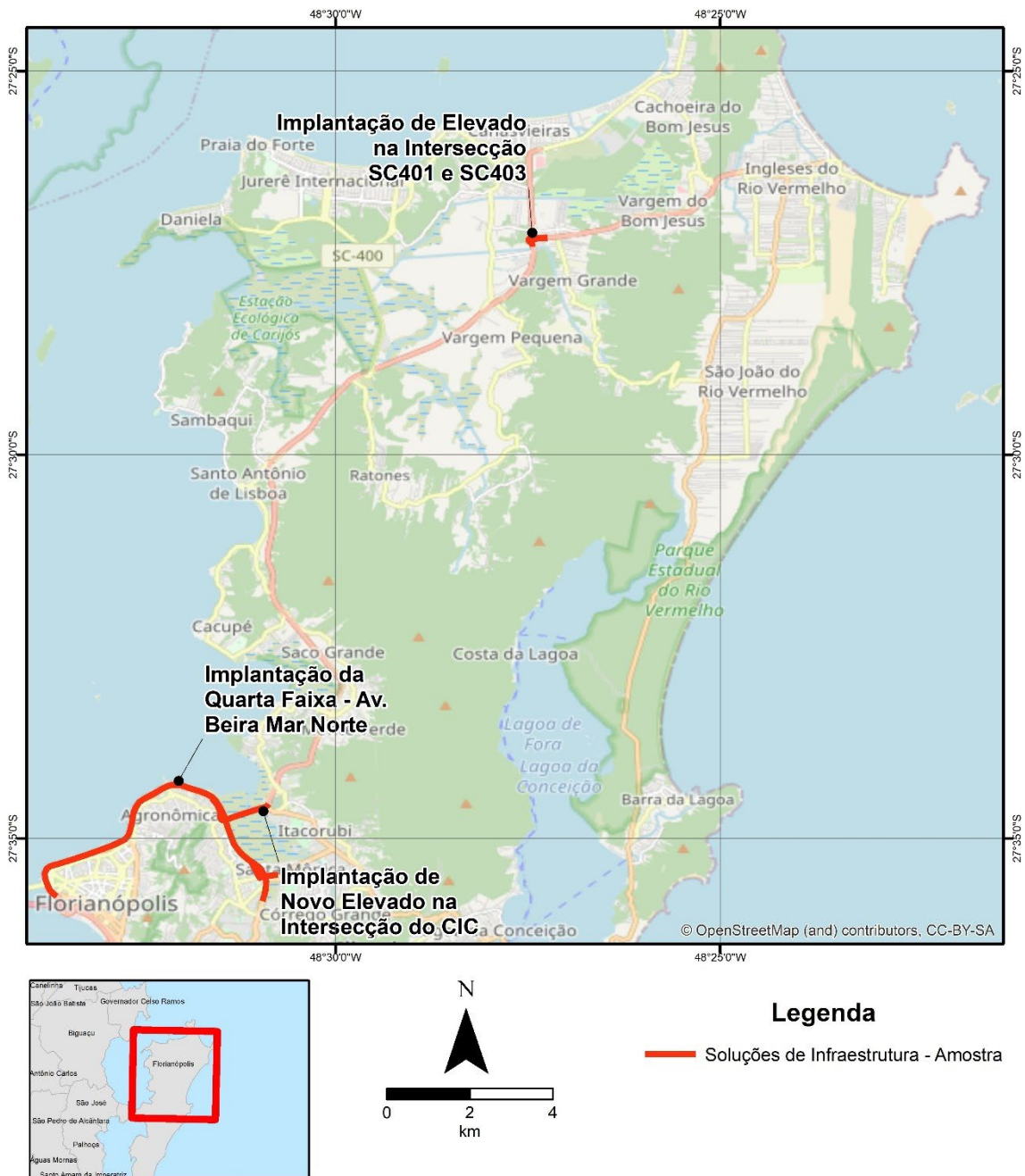
2.7.2. Componente 2 – Amostra

A Amostra do Componente 2 é composta das seguintes obras:

- Implantação da 4ª Faixa da Avenida Beira Mar;
- Implantação de Novo Elevado na Interseção do CIC e Ampliação da Avenida da Saudade, sentido Itacorubi;
- Novo Elevado da SC-401 e SC-403;

A figura a seguir apresenta a localização das obras previstas no Componente 2 (amostra).

Figura 21 – Soluções de Infraestrutura na Amostra do Componente 2 do Programa



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023; OpenStreetMap, 2023 (consulta)

Implantação da 4ª Faixa da Avenida Beira Mar

A concepção da implantação da quarta faixa de rolamento em ambos os sentidos de toda a extensão da Avenida Beira Mar Norte, ou seja, compreende a Avenida Osvaldo Rodrigues Cabral desde o elevado Rita Maria até o entroncamento com a Rua Desembargador Arno Hoeschl, a Avenida Jornalista Rubens de Arruda Ramos desde este entroncamento até o encontro com a via do final da Praça Governador Celso Ramos situada mais ao norte, a Avenida Irineu Bornhausen deste ponto até o elevado do CIC e a Avenida Professor Henrique da Silva Fontes deste local até o entroncamento com a Rua Delfino Conti e Rua João Pio Duarte Silva, com extensão aproximada de 8.740 metros. Além disso, o projeto também engloba uma revitalização do bolsão de estacionamento localizado ao lado da Ponta do Coral com aproximadamente 250 metros e uma revitalização da Rua Osmarino de Deus Cardoso (400 metros) e um segmento da Avenida Madre Benvenuta (410 metros) onde farão parte de uma nova entrada para o bairro do Santa Mônica.

Com a implantação desta nova faixa de rolamento em ambos os sentidos da avenida e desta nova entrada para o bairro do Santa Mônica, devem ser obtidas melhores condições de trafegabilidade para o transporte de veículos no município de Florianópolis, com uma redução do tempo de viagem.

O projeto geométrico prevê a implantação da infraestrutura necessária para adição de uma quarta faixa de rolamento em ambos os sentidos da via, visto que atualmente esta já possui três faixas por sentido. Para viabilizar este acréscimo houve a necessidade de prever o estreitamento do canteiro central e também do canteiro lateral entre a via principal e a marginal, sem interferir na parte externa da orla, ou seja, no canteiro separador, ciclovia, passeio e mar ou mangue dependendo do trecho, e também praticamente sem interferir na porção interna da avenida onde estão localizadas as vias de acessos aos empreendimentos com seus canteiros separadores, faixa de rolamento, estacionamentos e calçadas, com exceção de apenas um pequeno segmento situado entre a saída da Avenida Mauro Ramos e a Praça Governador Celso Ramos que foi necessário estreitar apenas o canteiro separador.

O projeto procurou alterar o mínimo possível os fluxos já existentes na via, permanecendo todas as entradas (continuando com conversões à esquerda) e saídas de vias transversais que desembocam na avenida em questão através dos semáforos existentes, saídas e entradas da via principal para a marginal porém sempre que possível ampliando o comprimento da faixa de aceleração ou desaceleração, entradas e saídas dos três bolsões de estacionamento da orla apenas acrescentando faixas de pedestres elevadas para melhorar a segurança dos pedestres que ali circulam e para evitar que veículos utilizem estas vias para ultrapassar os veículos acumulados nos semáforos da via principal.

O único fluxo que não foi possível permanecer foi o de retorno situado na via principal sentido centro-bairro em três pontos, entretanto é um fluxo de tráfego muito baixo e que já não é muito seguro devido o giro necessário para que o veículo retorne necessitar praticamente das três faixas de rolamento existente da via principal que é uma via relativamente rápida. Cabe salientar que o movimento de retorno pode ser realizado em muitos pontos da via através de laçadas em quadras adjacentes a porção interna da via.

Cabe ainda destacar a previsão de uma revitalização do bolsão de estacionamento da orla localizado ao lado da Ponta do Coral e também da previsão de uma nova entrada mais direta para o bairro Santa Mônica dando uma maior fluidez ao tráfego.

O projeto conta com estruturas de drenagem que englobam:

- Meio fio

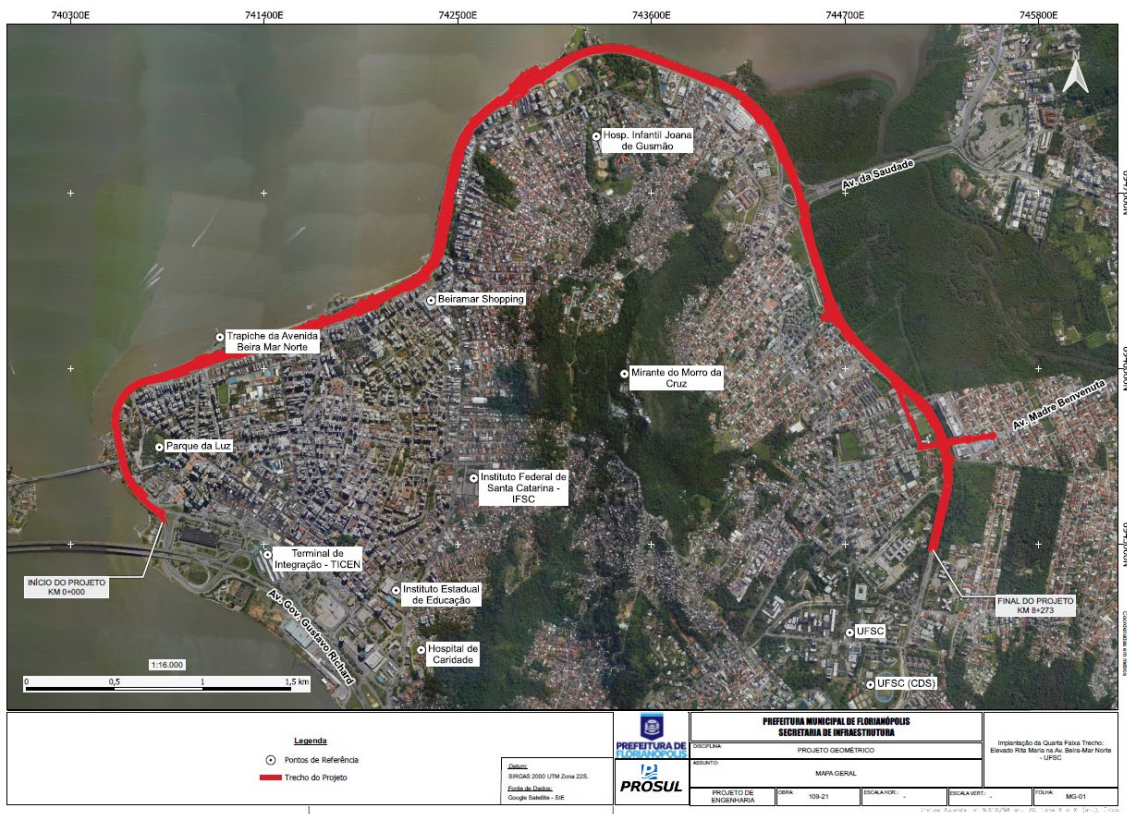
- Caixas coletoras com grelha de ferro
- Canaletas retangulares de concreto armado e canaletas de concreto polímero
- Tampas de caixas coletoras existentes
- Galerias de águas pluviais

O projeto prevê a implantação de pavimentação que inclui a utilização de revestimento asfáltico alternativo como asfalto borracha. A sinalização também será reimplantada incluindo a sinalização horizontal e a sinalização vertical.

Serão também implantados passeios, ciclovia em concreto, travessias elevadas para pedestres, infraestrutura para semáforos e defensas e barreiras. Por fim, o projeto de iluminação conta com a implantação de condutores, caixas de passagens e postes de iluminação.

A figura a seguir mostra a localização do projeto de implantação da 4ª faixa da Avenida Beira Mar.

Figura 22 – Projeto de Implantação da 4ª Faixa da Avenida Beira Mar sobre imagem aérea



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Foto 9 – Vista da Av. Beira Mar



Fonte: Google Street View, 2023

Implantação de Novo Elevado na Interseção do CIC e Ampliação da Avenida da Saudade, sentido Itacorubi

O presente projeto tem como principal objetivo a implantação de um novo elevado sobre a Avenida Beira Mar Norte em direção a Avenida da Saudade, via esta que dá acesso ao norte da ilha, e logo ao lado dos dois elevados já existentes popularmente conhecidos como “Elevado do CIC”, devido estarem localizados em frente ao Teatro do CIC (Centro Integrado de Cultura).

Pretende-se com esta obra desafogar e aliviar o trânsito localizado neste ponto principalmente no horário de pico do final da tarde, onde um fluxo muito intenso de tráfego se destina ao norte e ao leste da ilha em um mesmo período, ele é composto de um novo elevado, ampliação de via (avenida da saudade, sentido Itacorubi) e ampliação de duas pontes (sobre o rio Sertões e sobre o rio Itacorubi).

Esta implantação de mais um elevado, com duas faixas de rolamento, no sentido norte da ilha possui o objetivo de separar o fluxo do usuário que vai para o norte da ilha que ficará restrito ao viaduto existente também com duas faixas de rolamento, do usuário que vai para o bairro Itacorubi que ficará restrito ao novo elevado e com isto projeta-se menores conflitos e entrelaçamentos dos veículos, que são uma das principais causas de diminuição da capacidade da via e conseqüentemente de ocasionar longas filas de trânsito.

Em decorrência desta implantação se fez necessário alguns ajustes viários nas suas proximidades, entre estes:

- Acréscimo de uma faixa de rolamento na via marginal da Av. Beira Mar Norte a partir da Rua Carlos Corrêa, onde atualmente existem três faixas, e implantação de uma quinta faixa logo em frente ao Teatro do CIC, com o objetivo de destinar a faixa da esquerda para acesso ao viaduto existente, as duas faixas da esquerda na seqüência ser destinada ao novo viaduto e as outras duas faixas da direita continuar sendo destinada a via marginal. Cabe destacar que em um primeiro momento pensou-se em adicionar uma faixa de rolamento na marginal desde a alça de saída da via principal, logo antes da Rua Antônio Carlos Ferreira, entretanto devido a existência de uma adutora colada à via em frente ao Supermercado

Angeloni e com cota superficial optou-se por prever a ampliação apenas após este segmento;

- Pequena relocação da alça do usuário que vem do norte da ilha e pretende ir em direção a rótula em frente a Penitenciária e assim acessar os bairros Trindade à esquerda e Agrônômica à direita, isto se deu devido a presença do novo viaduto;
- Ajuste no retorno da Av. Da Saudade sob os viadutos existentes, contemplando uma faixa de aceleração para incorporar na alça de saída da Av. Beira Mar Norte e entrada na Av. Da Saudade do usuário que vem do sul;
- Ajuste da alça de saída da Av. Beira Mar Norte e entrada na Av. Da Saudade do usuário que vem do sul devido ao posicionamento dos pilares do novo viaduto e também a adoção do gabarito vertical mínimo de 5,00 m, igual aos viadutos existentes, além de posicionar o final desta alça entre os viadutos existente e projetado, para que este usuário possa fazer sua escolha para ir no sentido norte da ilha ou para o bairro Itacorubi, o que não seria possível ou que acarretaria em maiores conflitos de entrelaçamento de veículos no local caso fosse localizada no lado direito dos dois viadutos. Cabe ainda destacar que foi possível prever apenas uma faixa de rolamento para esta alça para que não seja atingido o pilar da passarela de pedestres existente e o mangue devido seus aspectos ambientais;
- Ampliação de quatro para cinco faixas de rolamento na Av. Da Saudade para acomodar todo o fluxo de entrada na via, sendo necessário dois alargamentos de pontes existentes;
- No final do projeto, próximo ao elevado do Itacorubi, foram previstas duas faixas de rolamento para o Itacorubi e três para SC-401, sendo criada uma pequena faixa de aceleração para o usuário que vem do Itacorubi e quer acessar a SC-401 no sentido norte. Infelizmente devido o cemitério estar bem próximo a via, não foi possível uma maior extensão para este dispositivo;
- Por fim, cabe destacar que não foi previsto o fechamento do acesso da via marginal da Av. Beira Mar Norte para o viaduto existente, em frente ao CIC, para que todos os usuários que vem principalmente dos bairros Agrônômica e Morro do Horácio pelas ruas Antônio Carlos Ferreira, Carlos Correia e Idalina Pereira dos Santos, assim como também dos usuários do Supermercado que é um polo gerador de tráfego bem significativo, possam acessar o viaduto existente e conseqüentemente ir para o norte da ilha. Caso fosse fechado o usuário somente poderia ir para o bairro Itacorubi ou teria que ir até o retorno em nível semaforizado em frente ao Terminal de Integração da Trindade (TITRI).

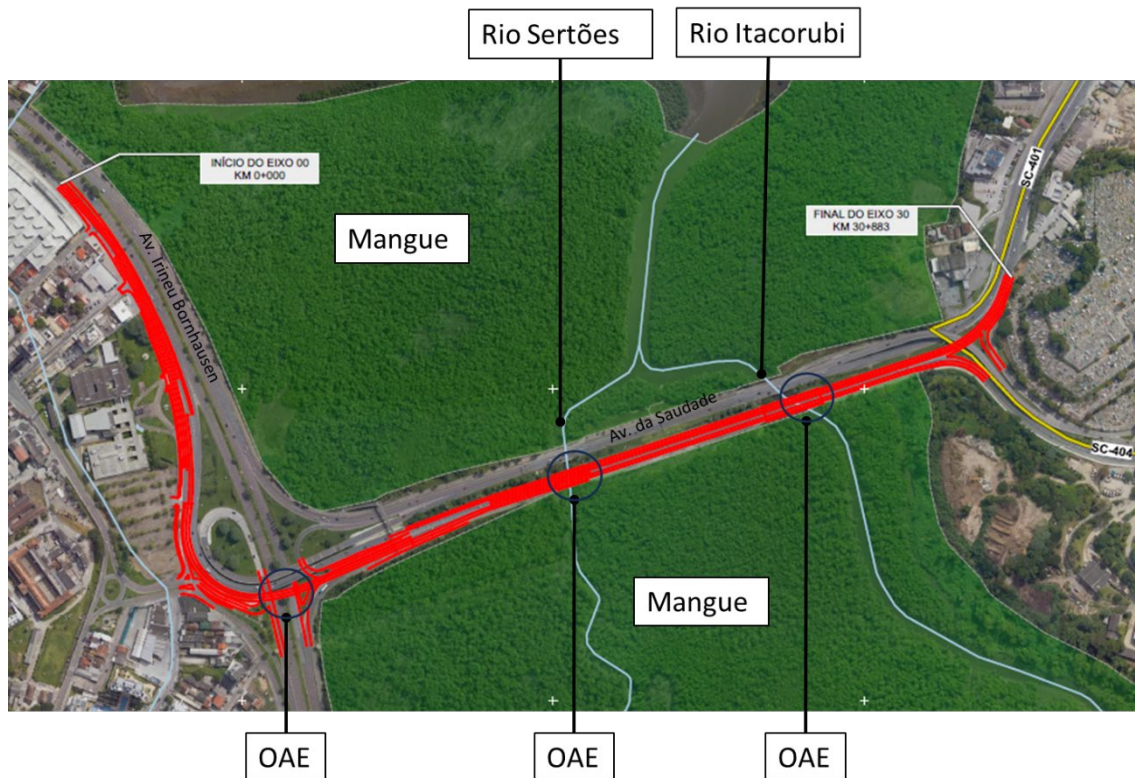
O projeto de drenagem do elevado contará com os seguintes dispositivos:

- Meio-fio;
- Caixas coletoras boca de lobo;
- Caixas coletoras com grelha de ferro;
- Canaleta de concreto;
- Tampa para caixa coletora;
- Boca de galeria;
- Galerias tubulares de concreto

A pavimentação está prevista de ser realizada em pavimento flexível e com asfalto borracha.

A figura a seguir a implantação pretendida.

Figura 23 – Implantação do Novo Elevado na Intersecção do CIC sobre imagem aérea



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

A seguir são descritos os principais pontos da implantação.

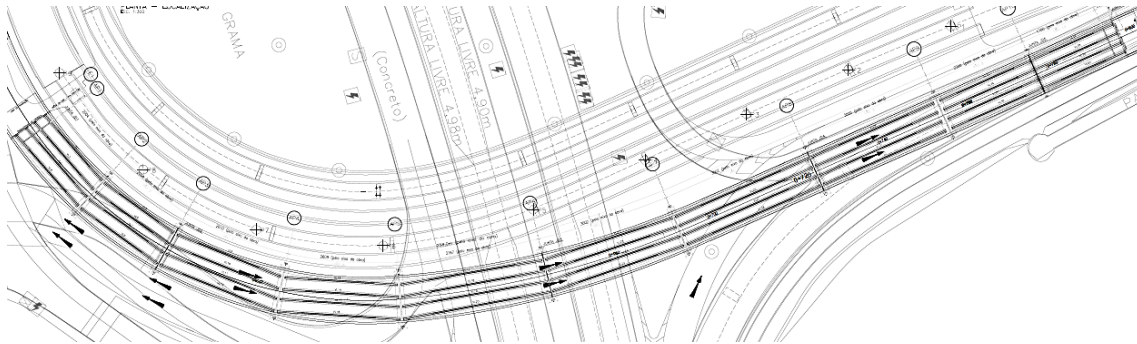
Novo Elevado na Intersecção do CIC

O presente projeto tem como principal objetivo a implantação de um novo elevado sobre a Avenida Beira Mar Norte em direção à Avenida da Saudade, via esta que dá acesso ao norte e ao leste da ilha, e logo ao lado dos dois elevados já existentes popularmente conhecidos como "Elevado do CIC", devido estarem localizados em frente ao Teatro do CIC (Centro Integrado de Cultura).

Trata-se de uma obra de arte especial com trecho curvo e reto, com curva vertical e inclinação transversal variável com extensão total de 260,0m. A área prevista total do viaduto é de 2.493 m².

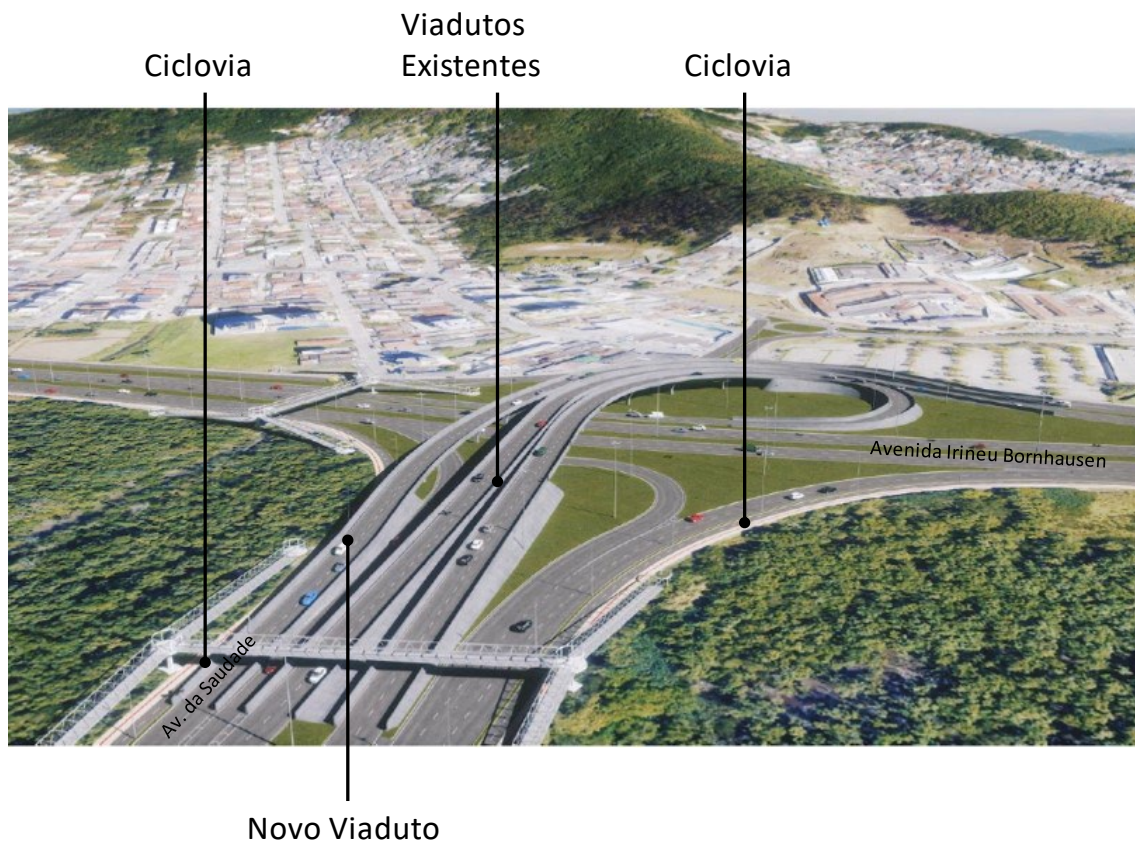
Transversalmente, a Obra de Arte Especial - OAE possui largura variável de 10,10m, no início da obra, a 8,90m, no final da obra, sendo composta por duas faixas de rolamento com 360cm cada, barreiras rígidas com 40cm, e faixa de segurança variável de 1,05m a 45cm. As faixas de rolamento e o passeio apresentam inclinação transversal variável. (figura a seguir).

Figura 24 – Viaduto sobre a Avenida Irineu Bornhausen



Fonte: Prefeitura de Florianópolis, Projeto, 2023

Figura 25 – Perspectiva da implantação do Novo Elevado na Intersecção do CIC



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

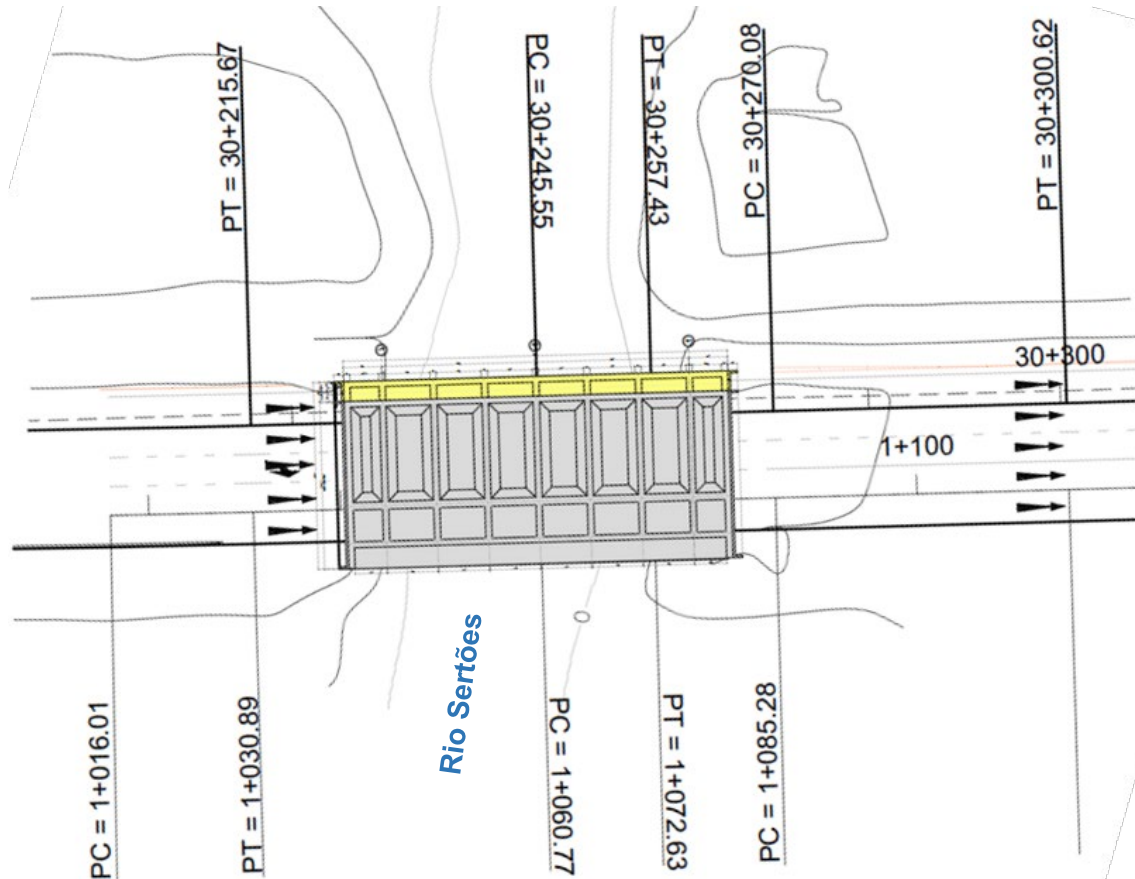
Ponte sobre o rio Sertões

Com a finalidade adequar a rodovia para receber uma nova faixa de rodagem, a obra terá um acréscimo total na largura de 2,05m, sendo necessário a demolição do guarda-rodas existente bem como uma demolição controlada de 5cm de espessura no perímetro de engaste lateral da OAE. Será necessário construir 2,65m na esquerda, perfazendo uma largura final de 19,40m. A seção transversal final contará com quatro

faixas de rolamento, acostamento externos, passeio lateral, barreiras rígidas em ambas as laterais e guarda-corpo na lateral do passeio.

A figura a seguir apresenta a geometria em planta da OAE alargada, representada sobre o canal do rio Sertões.

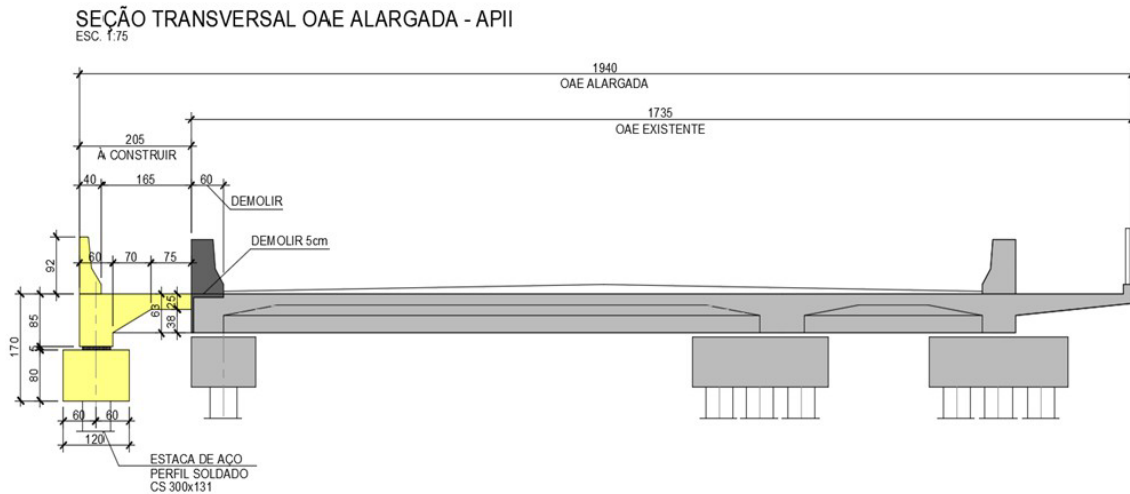
Figura 26 – Geometria em planta da obra alargada



Fonte: Prefeitura de Florianópolis, Projeto, 2023

O alargamento da obra será executado com escoramento completo, sendo liberado somente após a monolitização (cura) da obra alargada. Longitudinalmente, a superestrutura da obra de alargamento é constituída por 2 vão de 16,0m e 2 balanços de 4,0m, totalizando uma extensão de 40,0m. As vigas a serem implantadas, possuem seção transversal retangular constante de 60x85cm, com alargamento sobre a linha de apoio central para 120cm. A laje superior do pavimento com espessura de 25cm no trecho de engastamento com a laje existente.

Figura 27 Seção Transversal da Obra Alargada – rio Sertões



Fonte: Prefeitura de Florianópolis, Projeto, 2023

Ponte sobre o rio Itacorubi

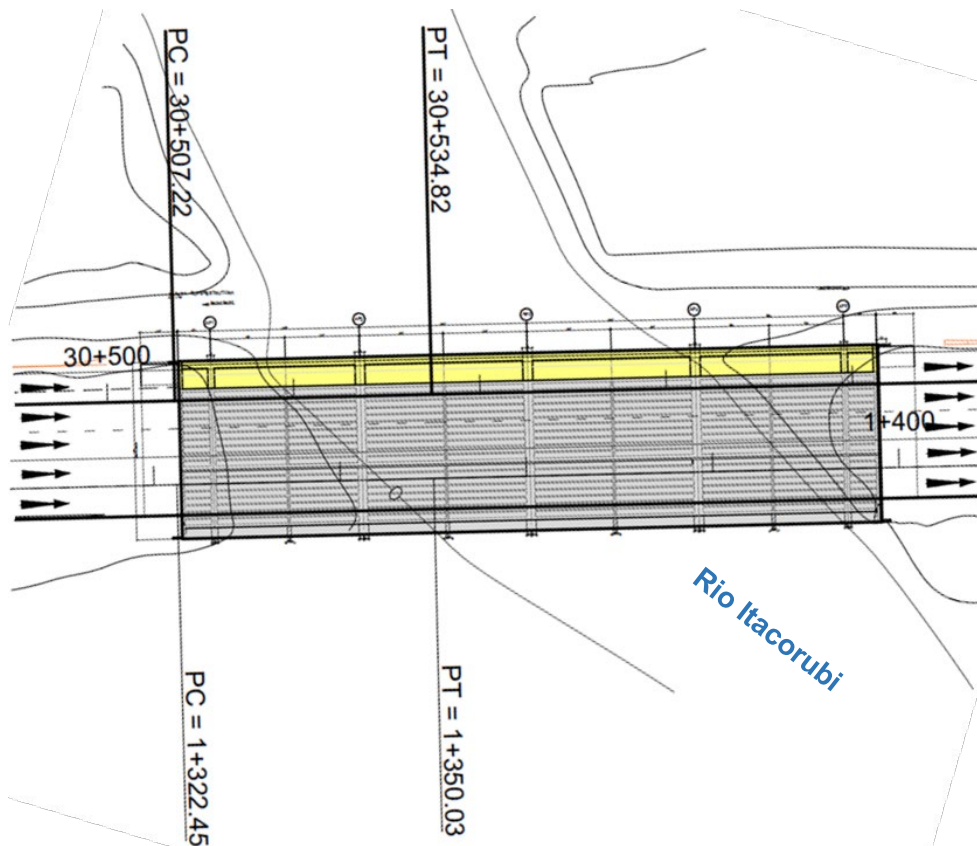
Com a finalidade adequar a rodovia para receber uma nova faixa de rodagem, a obra terá um acréscimo total na largura de 2,80m, sendo necessário a demolição de 96cm na lateral esquerda da OAE. Será necessário construir 2,80m na esquerda, perfazendo uma largura final de 19,00m. A seção transversal final contará com quatro faixas de rolamento, acostamento externos, passeio lateral, barreiras rígidas em ambas as laterais e guardacorpo na lateral do passeio.

O alargamento da obra será executado com escoramento completo, sendo liberado somente após a monolitização (cura) da obra alargada.

Longitudinalmente, a superestrutura da obra de alargamento é constituída por 4 vãos, sendo dois de 16,0m, dois de 18,0m e 2 balanços de 4,0m, totalizando uma extensão de 75,0m. As vigas a serem implantadas, possuem seção transversal retangular constante de 100x85cm constantes. A laje superior do pavimento com espessura de 25cm no trecho de engastamento com a laje existente.

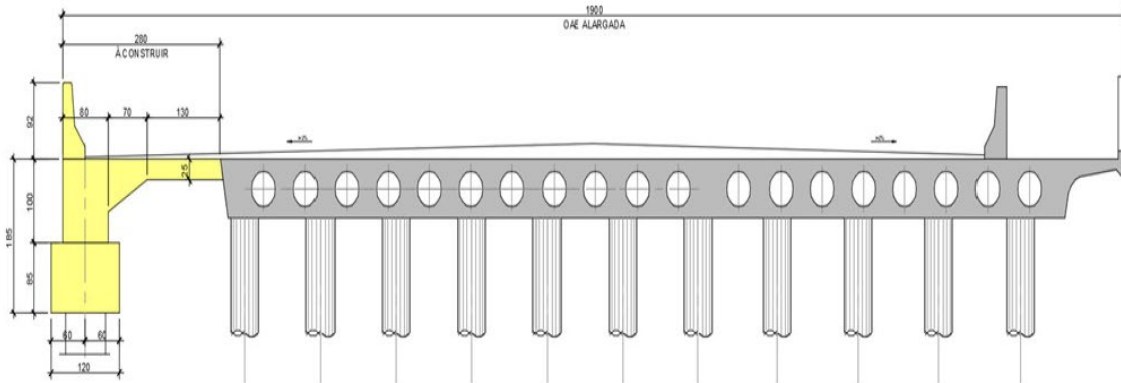
A figura a seguir apresenta a geometria em planta da OAE alargada, representada sobre o canal do rio Itacorubi.

Figura 28 – Geometria em planta da obra alargada



Fonte: Prefeitura de Florianópolis, Projeto, 2023

Figura 29 – Seção Transversal da Obra Alargada – rio Itacorubi



Fonte: Prefeitura de Florianópolis, Projeto, 2023

Foto 10 – Trecho do estacionamento previsto de ser afetado pela implantação do elevado



Fonte: Consultoria, 2023

Foto 11 – Ponte sobre o rio Sertões que será alargada



Fonte: Consultoria, 2023

Novo Elevado da SC-401 e SC-403

O presente projeto tem como principal objetivo a implantação de um novo elevado na Interseção da SC-401 e SC-403, via que dá acesso ao bairro Ingleses e logo ao lado do elevado já existente, porém que não permite acesso aos usuários provenientes do bairro Canasvieiras .

A Inauguração de duas grandes âncoras comerciais na Interseção da SC 401 com a SC-403 originou um grande fluxo de veículos oriundos de Canasvieiras para o local, portanto, pretende-se com este novo viaduto, facilitar o acesso desses usuários que, atualmente se deslocam até o próximo retorno, cerca de 1.800 m à frente, no bairro Vargem Pequena, causando congestionamentos no local, pois não foi projetado para receber tal fluxo.

A ciclofaixa na SC-401 segue paralelamente ao traçado da via, ocasionando interferências perigosas de travessia nas entradas e saídas do elevado existente. A alça

de acesso a marginal da SC-403 não confere conforto e segurança ao usuário, necessitando de melhoria de traçado.

O Projeto visa proporcionar mais segurança e conforto para os usuários, tanto motoristas quanto pedestres e ciclistas que utilizem a via, apesar das restrições ocasionadas pela implantação referida.

Será criada uma faixa de desaceleração na SC-401, no sentido Canasvieiras-Centro, abertura do looping de acesso para o bairro Ingleses com uma faixa de rolamento, e a implantação do novo viaduto para encaixe com a SC-403, sentido Ingleses.

Outras adaptações estão previstas no projeto, como uma ciclovia contornando o elevado, conferindo mais segurança aos ciclistas que circulam na ciclofaixa existente e um melhoramento de raio na alça de acesso da SC-403, sentido Ingleses, para a via marginal.

O espaço livre entre o viaduto existente e o viaduto previsto será de 38 cm onde será possível acomodar a nova OAE em estrutura metálica com a garantia dos 5,50 m de gabarito vertical.

Foi projetado um retorno de acesso para o fluxo que segue do novo viaduto para a marginal, a qual dá acesso aos polos geradores de tráfego da região.

Trata-se de uma obra normal, tangente com extensão total de 42,81 m transversal à rodovia SC-401/403. Transversalmente, a OAE é composta por uma faixa de rolamento com 3,50 m, acostamento com 2,00 m e barreiras rígidas com 0,40 m em ambas as laterais, perfazendo uma largura total de obra igual à 6,30 m. Transversalmente, a faixa de rolamento e o acostamento possuem uma inclinação média de 3,5%.

A superestrutura é formada por um vão central de 26,90 m, um vão em cada extremidade da estrutura de 7,50 m cada e um balanço para cada extremidade, nos encontros do viaduto, de 0,45 m cada. O tabuleiro total é composto por 12 longarinas metálicas, sendo 4 longarinas na entrada do viaduto, 4 longarinas no vão central e 4 longarinas na saída do viaduto; sendo a altura de 0,60 m para as longarinas de entrada e saída da OAE e altura de 1,10 m para as longarinas do vão central. Todas as longarinas metálicas do viaduto são interligadas por transversinas na região dos apoios, solidarizadas pela laje do tabuleiro de 0,20 m de espessura com conectores de cisalhamento do tipo Stud bolt, configurando, assim, uma estrutura do tipo mista.

As longarinas de entrada e saída do viaduto são peças metálicas soldadas tipo "I", com altura de 60 cm e espessura da alma de 12,5 mm, e, mesa superior e inferior de 40 cm e espessura de 16 mm. As longarinas do vão central são peças metálicas do tipo "I" com altura 110 cm, espessura da alma de 12,5 mm, mesa superior com largura de 30 cm e espessura 16 mm e mesa inferior com largura de 45 cm e espessura de 25 mm. Em sua fase final as longarinas são contínuas entre os apoios recebendo a laje de concreto armado e são solidarizadas à transversina de apoio.

A mesoestrutura é composta por quatro linhas de apoio, sendo formadas por 4 pilares na entrada e 4 pilares na saída do viaduto, todos com dimensões de 70x30 cm e um consolo no topo de cada um dos pilares retangulares. O vão central é definido por 2 pilares em cada linha de apoio, sendo todos os pilares de seção circular com diâmetro de Ø90 cm.

No topo dos pilares circulares tem-se uma viga travessa de concreto armado com largura da base 90 cm, altura mínima de 100 cm e altura máxima de 150 cm para a melhor alocação das longarinas metálicas. A parte superior das travessas é composta por consolos com a finalidade de acomodar os macacos hidráulicos. No topo das travessas e dos pilares próximos do encontro, tem-se aparelhos de apoio de elastômero

fretado de 25x50x6 cm que recebem as longarinas. Na base, os pilares são engastados em blocos de fundação e travados por viga de travamento transversal.

A laje superior em concreto armado com espessura constante de 20 cm é constituída por pré-lajes pré-moldadas que contém todas as armaduras positivas de projeto. Os elementos de laje são paginados em larguras diversas e que facilitem sua montagem. O uso de elementos pré-moldados elimina a necessidade de escoramento e formas para a execução da laje do pavimento. Nos extremos da obra, junto à transversina de entrada, a laje possui armadura reforçada como preconiza a NBR 7188 e é constituída por pré-lajes que contém a armadura positiva. A laje é finalizada com capa de concreto moldado no local com respectivas armaduras negativas das lajes e transversinas.

Justifica-se o uso de peças pré-moldadas de concreto em detrimento da execução convencional face às vantagens da padronização dos elementos estruturais iguais e semelhantes, executados para esta e as demais obras, além de qualidade e acabamento superior, visando obra de maior durabilidade, e menor prazo de execução.

As transversinas do apoio são elementos estruturais complementares para o travamento transversal das longarinas e possuem seção retangular de 20 cm de base e altura correspondente a altura das suas respectivas longarinas, concretadas após a montagem destas em conjunto com a concretagem da capa da laje.

Nos encontros tem-se as transversinas de entrada com seção transversal tipo “L”, altura de 100 cm e espessura 20 cm, com largura da base de 50 cm. Sobre a base da transversina de entrada é apoiada a laje de aproximação de 5 m de comprimento, 5,90 m de largura e espessura de 30 cm totalmente coberta pelo solo. As laterais dos encontros da ponte são constituídas por alas com comprimento de 1,75 m e altura variável e são engastadas nas transversinas de entrada.

A infraestrutura da obra é formada por blocos retangulares de 70x190 cm sob os pilares mais próximos dos encontros, com altura de 75 cm e travados transversalmente entre si pela viga de travamento de espessura 25 cm. Sob os pilares do vão central, tem-se blocos quadrados de 1,90x1,90 m com altura 0,85 m travados transversalmente entre si por vigas de travamento de espessura 40 cm. Os blocos são assentes sobre quatro (04) estacas do tipo raiz diâmetro nominal de 40 cm e comprimento estimado de 34 m em solo e embutimento de 2 m em rocha sã. A contenção lateral das estacas absorve os deslocamentos, momentos e forças horizontais oriundos do engastamento das colunas.

O projeto de drenagem contará com os seguintes dispositivos:

- Meios-fios;
- Caixas coletoras com boca de lobo e grelha de concreto;
- Caixa de ligação e passagem;
- Sarjetas retangulares e trapezoidal de concreto;
- Descida d'água de aterro;
- Entrada d'água;
- Boca de galeria;
- Galerias tubulares de concreto

A implantação de pavimento ocorrerá nas áreas de adequações geométricas. A estrutura de pavimento indicada acompanha a existente, 10,0cm de revestimento asfáltico em CBUQ, 15,0cm de base de brita graduada e 17,0cm de sub-base de macadame seco.

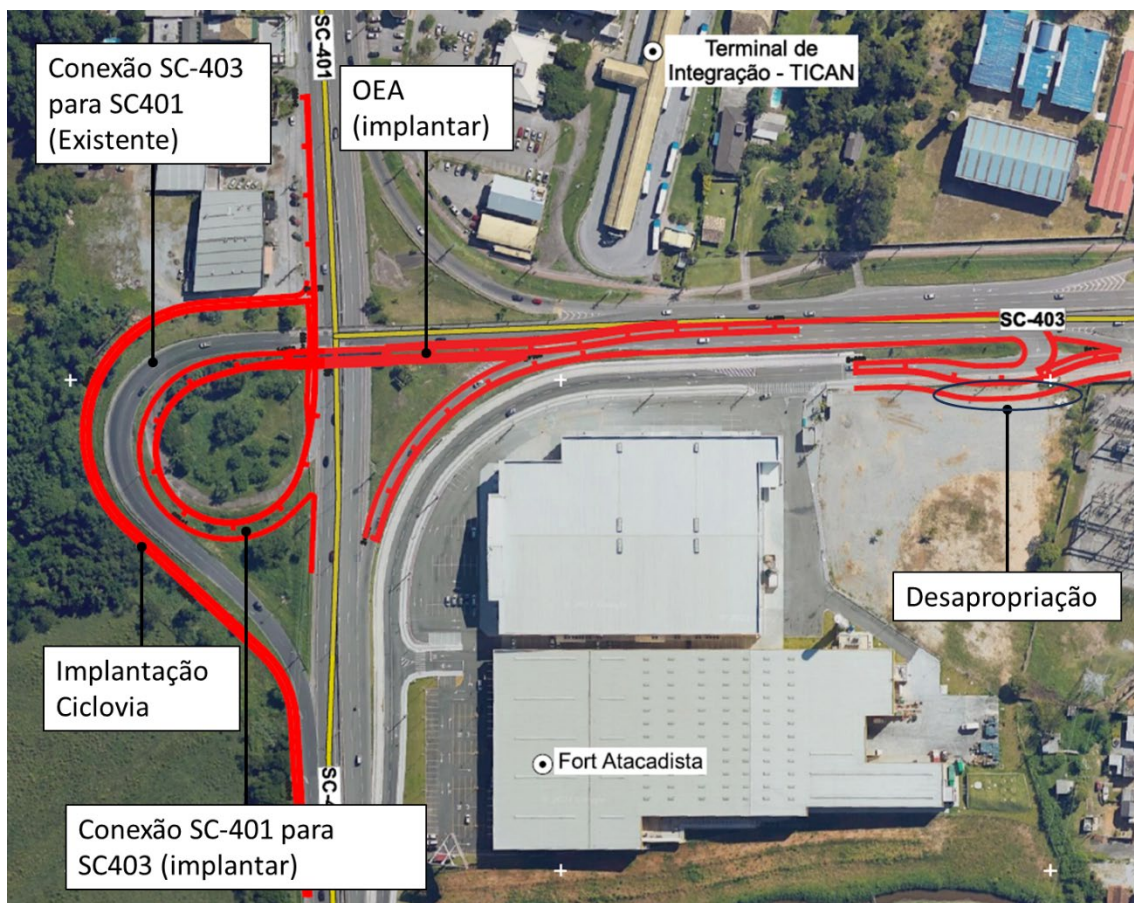
A sinalização vertical e a horizontal serão implantadas, bem como passeios, defensas/barreiras, e revestimento dos taludes.

A elaboração do projeto de desapropriação se fez necessário após a delimitação da faixa de domínio, quando se verificou a existência de imóveis de terceiros dentro da área de abrangência do projeto geométrico, as quais devem ser indenizadas para assegurar a área de domínio público.

Por se tratar de uma via onde a urbanização é intensa, foi proposta uma faixa de domínio variável que acompanha a borda do passeio e do offset, porém com total garantia de segurança aos usuários da via e moradores próximos ao projeto.

Após toda análise do projeto, verificou-se que 1 propriedade será atingida, com 378,12 m² de área a desapropriar. Trata-se de um extenso terreno vazio com afetação em pequeno trecho sem uso.

Figura 30 – Implantação do Novo Elevado da SC-401 e SC-403 sobre imagem aérea



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

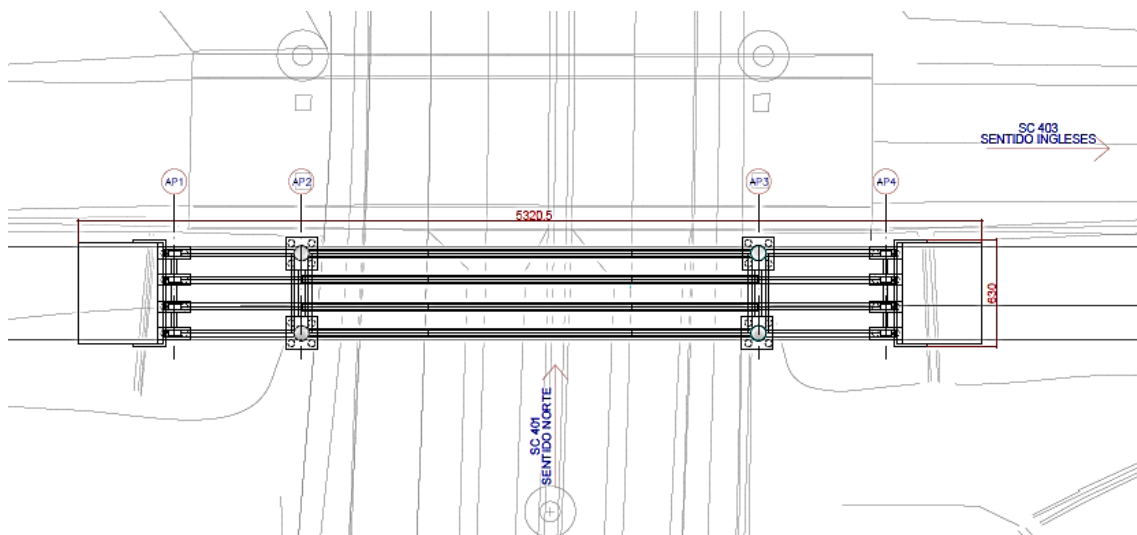
Foto 12 – Vista parcial da área de implantação do novo elevado



Fonte: Consultoria, 2023

A figura a seguir apresenta a locação da obra de arte especial.

Figura 31 – Locação da OAE (elevado da SC01 e SC-403)



Fonte: Projeto, Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

3. OBJETIVO DO PLANO DE CONSULTA

O presente Plano de Consultas Públicas e Engajamento Significativo das Partes Interessadas está focado nas intervenções previstas como parte da Amostra representativa do PDU Florianópolis e tem seus objetivos alinhados com o Marco de Políticas do Banco, especialmente o PDSA 10, a saber:

- Apoiar o estabelecimento de uma abordagem sistemática de engajamento com as partes interessadas, especialmente as populações diretamente afetadas;
- Delinear estratégias para integração da visão das diferentes partes interessadas, para que estas sejam consideradas no Projeto, desde as etapas iniciais de elaboração do projeto e ao longo de todo seu ciclo de vida;

- Definir um conjunto coerente de ações de engajamento proporcionais aos riscos e impactos associados ao projeto;
- Garantir a divulgação das informações sobre os riscos sociais e ambientais às partes interessadas, em formatos oportunos, compreensíveis, acessíveis e apropriados;
- Estabelecer meios e canais de comunicação acessíveis e inclusivos para que as diferentes partes interessadas possam expressar suas propostas, preocupações, assim como manifestar suas queixas;
- Estabelecer fluxos e gerenciamento adequado por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis em relação à gestão das diferentes manifestações e suas respostas;
- Com base no estabelecimento dos canais e fluxos de manifestações, implantar um mecanismo de reclamações para receber inquietudes e queixas sobre o desempenho ambiental e social, além de facilitar a sua resolução².

Para atingir tais objetivos, este Plano prevê a realização de 02 reuniões presenciais em cada comunidade, sendo Vila Esperança (Lajotas), Vila do Arvoredo (Siri) e Morro do Horácio; 01 reunião virtual com Entidades dos Setores Econômicos, Comerciais, Representativas da Sociedade Civil e ONGs e 01 Consulta Pública presencial aberta para todos os munícipes.

4. PRINCÍPIOS ADOTADOS NO PLANO DE CONSULTAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO DAS PARTES INTERESSADAS

Os princípios que orientam o presente Plano são³:

- **Preparação:** realização de ações prévias de mapeamento, geração e divulgação de informações, assim como diálogos com as partes interessadas de maneira contínua ao longo de todo o ciclo de vida do projeto, sendo iniciado em sua fase de preparação;
- **Informações prévias:** as partes interessadas terão acesso a informações prévias sobre os aspectos relevantes do projeto em idioma e formatos adequados e acessíveis;
- **Representatividade e equidade:** garantia de que os diferentes grupos de partes interessadas estarão representados sem discriminação e que participarão das diferentes estratégias de consulta e de engajamento, sendo assegurado que os grupos mais vulneráveis tenham voz;
- **Oportunidade:** as consultas serão realizadas de forma que as diferentes partes interessadas possam influenciar as tomadas de decisão antes das tomadas de decisão finais;
- **Recursos:** serão alocados os recursos humanos, financeiros e tecnológicos necessários, oportunos e culturalmente apropriados;
- **Transparência e embasamento factual:** os processos de consulta e engajamento serão transparentes e baseados em informações factuais, mesmo sobre a abrangência das consultas e poder de influência nas decisões do Projeto;

² Salienta-se que o presente Plano de Engajamento está voltado às ações a serem realizadas na fase de Preparação do Programa (Consultas Públicas). As ações e mecanismos diretamente relacionadas à fase de Operação do Financiamento serão apresentadas no respectivo documento MGAS do Programa.

³ Baseado em: MILANO, F. (coord). Consultas Públicas: O Passo a Passo – Marcos Regulatórios e legais aplicáveis no Brasil. BID, 2020; e KHAM, R. Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais. BID, 2017.

- **Acessibilidade:** será garantida a acessibilidade física (incluindo transporte, caso necessário e meios especiais para pessoas com deficiência), e de linguagem, especialmente para os casos de comunidades tradicionais e indígenas;
- **Facilidade de acesso às informações:** será garantido, durante todo o ciclo de vida do Projeto, o acesso às informações como: (i) propósito, natureza e escala do projeto, (ii) a duração das ações propostas, (iii) os riscos e impactos possíveis às comunidades e suas medidas de mitigação, (iv) o processo de participação das partes interessadas, (v) mecanismos de queixas e reclamações, (vi) oportunidades potenciais e benefícios do desenvolvimento;
- **Legitimidade:** para garantia da legitimidade do processo, será oferecido, salvo exceções legais, acesso às contribuições recebidas – mantida a confidencialidade das autorias para preservação da liberdade dos comentários;
- **Respeito e isenção de coerção:** as partes interessadas poderão expressar suas preocupações e críticas sendo protegidas de retaliações;
- **Registro e divulgação:** todas as fases, etapas e ações de consulta serão documentadas sistematicamente e seus aspectos relevantes divulgados ao público.

5. ABRANGÊNCIA

Conforme apresentado nas figuras a seguir, as consultas abrangem prioritariamente dois tipos de públicos, sendo um deles os bairros e entornos afetados e beneficiados de forma mais direta pelas obras de infraestrutura viária, considerando ainda todo o município de Florianópolis que deve ser beneficiado direta ou indiretamente pelas infraestruturas; e as representações das famílias residentes nas áreas atendidas pelos Projetos de Reassentamento, seja na sua origem (áreas de remoção de famílias) seja no seu destino (áreas de implantação de conjuntos habitacionais), a saber: Vila Esperança (Lajotas), Vila do Arvoredo (Siri), Canasvieiras (destino de Lajotas) e Morro do Horácio / Morro da Cruz.

Figura 32 – Área da Vila Esperança (Comunidade Lajotas)



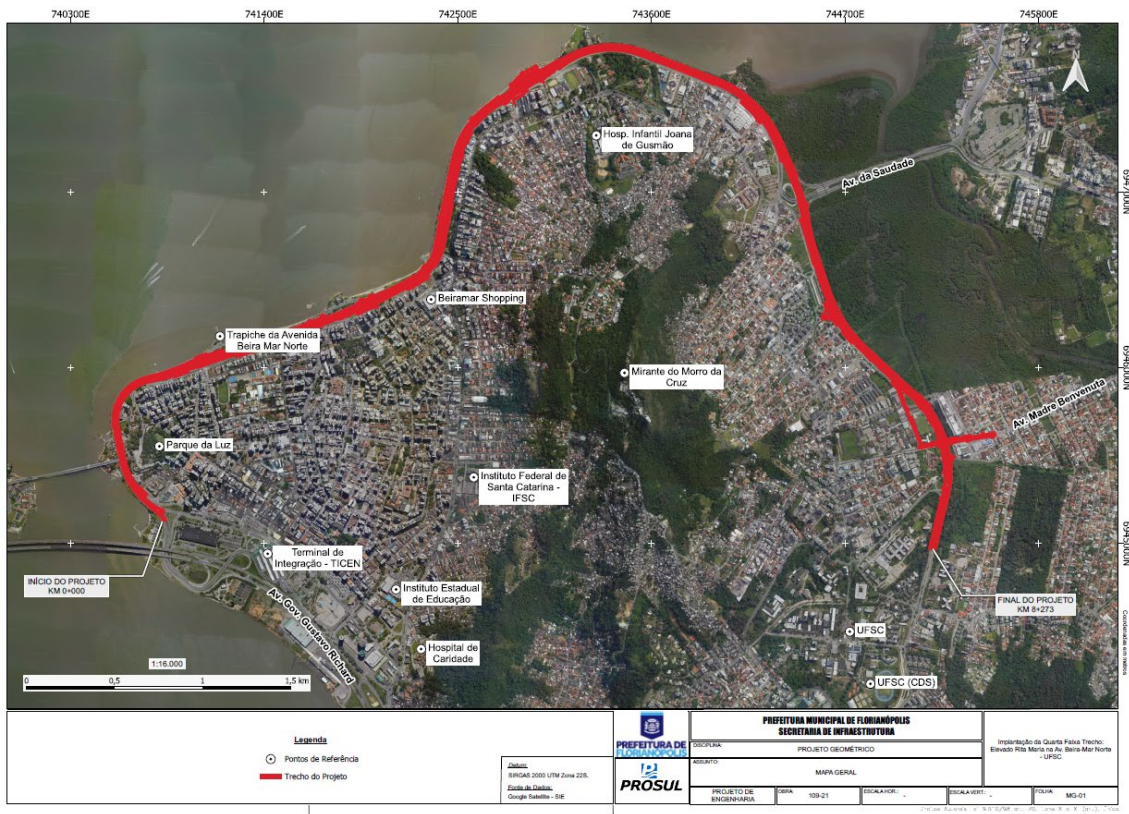
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 33 – Área de Destino em Canasvieiras



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 36 –Área do Projeto de ampliação da 4ª Faixa da Avenida Beira Mar



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 37 – Área do Projeto do Novo Elevado na Intersecção do CIC



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

Figura 38 –Área do Projeto do Novo Elevado da SC-401 e SC-403 sobre imagem aérea



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2023

6. IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES PRIORITÁRIAS

Para as consultas, deve-se abordar os impactos socioambientais benéficos e adversos dos projetos, e que sejam relevantes na discussão com o público.

No geral, as seguintes questões são antecipadas:

- Descrição do Projeto, com detalhamento dos itens permanentes que causam maiores preocupações (melhorias propostas, infraestrutura a ser disponibilizada);
- Dinâmica de trabalho das maiores interferências a serem realizadas na comunidade durante a obra versus as ações de mitigação e controle adotadas (lama, poeira, trânsito, abertura da vala, ruído, duração da obra);
- Riscos de deslizamento, alagamento ou acidentes;
- Canais de comunicação;
- Remoção de moradias;
- Reassentamento (local e condições);
- Principais riscos e impactos ambientais e sociais identificados;
- Custos e pagamentos de impostos e taxas associados ao reassentamento e novas moradias;
- Principais medidas de mitigação para atendimento aos impactos identificados.

7. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PARTES INTERESSADAS

A equipe do Município possui uma matriz de representantes da comunidade para o engajamento nas Consultas Públicas, o qual vem sofrendo atualização constante, principalmente sobre o cadastramento das famílias diretamente afetadas pelo Programa.

A matriz de partes interessadas e afetadas é um instrumento que consolida os atores importantes de serem convidados a se envolverem nas discussões relacionadas aos projetos do Programa. Esta Matriz com a seleção de Partes Interessadas e Afetadas relacionadas aos projetos do PDU Florianópolis é apresentada no Anexo 1.

De forma resumida, são listadas a seguir as principais partes interessadas preliminarmente identificadas até o momento:

Poder Público Federal

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO);
- Secretaria Do Patrimônio Da União (SPU).

Poder Público Estadual

- Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA);
- Secretaria de Estado do Planejamento - Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF).

Poder Público Municipal

- Autarquia de Melhoramentos da Capital (COMCAP);
- Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM);
- Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOP);
- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF);
- Secretaria Municipal do Continente (SMC);
- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude (SECULT);
- Secretaria Municipal de Educação (SME);
- Secretaria Municipal de Infraestrutura (SMI);
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SMDU);
- Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
- Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana (SMTMU);
- Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SETUR).

Sociedade Civil:

- SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil);
- ACIF (Associação Empresarial de Florianópolis);
- CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas);
- CREA/SC (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina);

- CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);
- IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil);
- Entidades de Classe, Conselhos e Associações Profissionais, Entidades Acadêmicas e de Pesquisa;
- Instituto de Advogados de Santa Catarina (IASC);
- Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina (OAB/SC);
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- Associação FLORIPAMANHÃ;
- Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (ICOM);
- Observatório Social de Florianópolis (OSF);
- União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO);
- Associações de moradores e conselhos comunitários.

Comunidades:

- Vila Esperança (Lajotas);
- Vila do Arvoredo (Siri);
- Morro do Horácio.
- Canasvieiras

A identificação de partes interessadas inclui, também, o detalhamento sobre a presença de populações vulneráveis que possam ver-se afetadas de maneira mais adversa que outros grupos pelos impactos do projeto, e que, por isso, podem demandar ações específicas direcionadas. As populações vulneráveis que poderão estar presentes nas áreas dos projetos e sofrerem impactos adversos envolvem pessoas com deficiência (PCD), populações tradicionais, LGBTQIA+, idosos, mulheres chefes de família, pessoas/famílias pobres, migrantes, entre outros.

8. ORGANIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

As reuniões previstas serão:

- Temática do Reassentamento Involuntário:
 - 2 reuniões presenciais em cada comunidade - Vila Esperança (Lajotas) - Vila do Arvoredo (Siri) - Morro do Horácio.
- Temática dos Impactos Socioambientais:
 - 01 reunião virtual com entidades dos setores econômicos, comerciais, representativas da sociedade civil e ONGs, e;
 - 01 consulta pública híbrida (presencial com transmissão via internet) para comunidades, poder público, organizações e população interessada.

As reuniões de consulta pública estão previstas para ocorrerem no período entre as 18h30min às 21h30min. Em ambas as partes será realizada a captação de informações, anseios e dúvidas da população com a apresentação do Programa, além de serem aprofundados os documentos sociais e ambientais (MRI, PDR, AAS, PGAS e MGAS), tanto na apresentação de impactos quanto de programas e soluções para atuar na

mitigação destes impactos e seus efeitos, incluindo eventuais apontamentos apurados durante todo o processo de consultas.

O chamamento será publicado no Diário Oficial do Município de Florianópolis além de outras mídias regionais e locais (periódicos, p.ex.) acionando o Poder Público, comunidades, organizações e população interessada no processo.

Versões preliminares do Marco de Reassentamento Involuntário (MRI), Plano de Reassentamento (PDR), da Avaliação Ambiental e Social (AAS), do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) estarão disponíveis com antecedência mínima de duas semanas da data da consulta pública, na Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano para reuniões presenciais que ocorrerão nas escolas municipais da comunidade ou a mais próxima, e no site (endereço eletrônico em definição), bem como, em outros canais de comunicação, como os perfis oficiais das redes sociais do Município (a definir com a Assessoria de Comunicação da Prefeitura), disponibilizando assim, previamente, mais meios para ampliar o acesso às informações sobre o Programa.

Junto das minutas do MRI, PDR, AAS, PGAS e MGAS, deverão ser disponibilizadas apresentações explicativas em linguagem simples e didática, com informações sobre o **PDU Florianópolis**, no que tange os seus objetivos, obras e suas tipologias propostas, riscos e impactos ambientais e sociais positivos e negativos referentes à implantação e operação.

Sobre o site, a plataforma utilizada será desenvolvida especialmente para este processo, contemplando de forma simples todos os elementos necessários para informação, tendo como objetivos:

- Disponibilizar o maior número de informações relacionadas ao processo, de forma transparente e acessível, desde publicações oficiais, materiais de conteúdo, datas – horários – locais da Consulta Pública, notícias, atas, informes gerais e demais documentos de interesse ao cidadão;
- O site será acessado via computador ou celular, sem objeções de sistema, e a navegação objetiva ocorre já na tela de início. Além desta, outras abas como: Proposta, Documentos, Metodologia, Objetivos, Material de Apoio, Comunicação, estarão repletas de conteúdos importantes e relacionados com o **PDU Florianópolis**. A aba Consulta Pública recebe os documentos e informações relacionados a estes instrumentos, como publicação de convocação, informação sobre data – horário – locais, material de suporte, ata, link da gravação, formulário de participação.

As reuniões de apresentação do **PDU Florianópolis** e documentos sociais e ambientais dentro do processo de consulta pública para as áreas de reassentamento de população serão em formato presencial, a partir de representantes definidos neste Plano de Consulta, mas não se resumindo exclusivamente a estes stakeholders, sendo as reuniões abertas ao público em geral. Importante destacar que todos os participantes poderão fazer perguntas e/ou tecer considerações durante o processo de consulta. As demais reuniões serão realizadas em formato híbrido ou a distância, ou seja, com transmissão via canais da internet.

Os eventos deverão apresentar os documentos MRI/PDR, AAS/PGAS/MGAS, abarcando todos os temas relacionados ambientais e sociais pertinentes às obras e ao reassentamento a serem realizados no Programa, aprofundando questões relacionadas aos impactos e medidas de mitigação previstas, procurando já responder eventuais questões durante o próprio evento (partes 4 e 5 do roteiro, veja abaixo).

O processo de consulta deve ser dirigido às pessoas que estão na área diretamente afetada e/ou beneficiada pelo Programa, abrangendo também públicos diversos, atores sociais, agentes governamentais, lideranças comunitárias, entre outros. O chamamento e mobilização deverão contemplar estratégias de comunicação direcionadas ao público-alvo destas consultas.

- **2 Consultas Públicas dos Projetos de Reassentamento:** 1 consulta em cada comunidade para apresentação dos projetos e Plano de Reassentamento; e 1 consulta pública reunindo as lideranças comunitárias para realizar devolutiva a respeito do processo de consulta e resultados alcançados, esclarecimentos que ainda estavam pendentes, etc.
 - **Local:** Comunidades da Vila Esperança (Lajotas); Vila do Arvoredo (Siri); e Morro do Horácio.
 - **Data e Horário:** das 18h30min às 21h30min (a confirmar)
 - **Sistemas audiovisuais:** Sistema de Som e Projetor;
 - **Equipe:** Município de Florianópolis;
 - **Características e objetivos:**
 - **Público:** Representações Institucionais locais, diretores de escola, unidades de saúde na localidade, empresários, pastores e padres, conselho tutelar, defesa civil, representações das comunidades da Vila Esperança (Lajotas); Vila do Arvoredo (Siri); e Morro do Horácio.
 - **Objetivo:** Visa apresentar a versão preliminar da MRI/PDR, com os temas relacionados ao processo de reassentamento involuntário, arranjo de implementação e compensações / mitigações previstas no reassentamento.
 - **Resultado Esperado:** Como resultado, espera-se obter junto ao público informações que possam melhorar tanto o EIAS/PGAS, quanto os projetos das obras, deve-se aproveitar o conhecimento local de moradores e de outros atores que atuam localmente para enriquecer e melhorar os estudos.
- **1 Consulta Pública do Programa como um todo:** 1 reunião virtual com transmissão via internet.
 - **Local:** Canal Oficial do Youtube.
 - **Data e Horário:** a definir
 - **Sistemas audiovisuais:** Recursos de informática e internet;
 - **Equipe:** Município de Florianópolis;
 - **Características e objetivos:**
 - **Público:** entidades dos setores econômicos, comerciais, representativas da sociedade civil e ONGs e outras partes interessadas no pleito.
 - **Objetivo:** Visa apresentar a versão preliminar da AAS/PGAS/MGAS, com os temas relacionados aos problemas socioambientais existentes das áreas e quais as soluções propostas, devem ser indicadas como as soluções serão

implementadas e quais os impactos inicialmente identificados por conta das obras (tanto positivos como adversos).

- **Resultado Esperado:** Como resultado, espera-se obter junto ao público informações que possam melhorar tanto a AAS/PGAS/MGAS, quanto os projetos das obras, deve-se aproveitar o conhecimento local de moradores e de outros atores que atuam localmente para enriquecer e melhorar os estudos.
- **1 Consulta Pública das Áreas de Intervenção de Infraestrutura:** 1 reunião híbrida, com público presencial e com transmissão via internet.
 - **Local:** local físico a definir; transmissão via canal oficial do Youtube.
 - **Data e Horário:** a definir
 - **Sistemas audiovisuais:** Sistema de Som e Projetor e Recursos de informática e internet;
 - **Equipe:** Município de Florianópolis;
 - **Características e objetivos:**
 - **Público:** entidades dos setores econômicos, comerciais, representativas da sociedade civil e ONGs e outras partes interessadas no pleito.
 - **Objetivo:** Visa apresentar a versão preliminar da AAS/PGAS, com os temas relacionados aos problemas socioambientais existentes das áreas e quais as soluções propostas, devem ser indicadas como as soluções serão implementadas e quais os impactos inicialmente identificados por conta das obras (tanto positivos como adversos).
 - **Resultado Esperado:** Como resultado, espera-se obter junto ao público informações que possam melhorar tanto o AAS/PGAS, quanto os projetos das obras, deve-se aproveitar o conhecimento local de moradores e de outros atores que atuam localmente para enriquecer e melhorar os estudos.

8.1. Roteiro das Consultas

Parte 1: A Reunião será iniciada com uma breve abertura, contando com informações sobre os objetivos do evento, a programação e orientação sobre a forma de participação. Nesse momento, também será realizada a apresentação das entidades promotoras da Consulta.

Parte 2: Na sequência, será realizada uma apresentação do projeto, de forma sintética e objetiva, em linguagem corrente e acessível ao público geral e com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes. Um representante habilitado do Município fará a apresentação institucional, do projeto e/ou do reassentamento. Membros da equipe de planejamento, social, engenharia e meio ambiente do Município completam o grupo de especialistas para esclarecimentos do projeto. Serão abordados os objetivos e justificativas do projeto, sua descrição e suas alternativas tecnológicas e locais.

Parte 3: Reassentamento: Os especialistas do Município transmitirão uma síntese do resultado do diagnóstico socioeconômico e físico territorial realizado na área

de intervenção para fins de proposição das soluções de reassentamento, reposição patrimonial e medidas mitigadoras de impacto das ações de remoção.

Socioambiental: Os especialistas do Município transmitirão uma síntese dos resultados de diagnóstico socioambiental da área de influência do PROGRAMA; a descrição dos possíveis impactos ambientais da implantação e operação de atividades; a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência; a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados; e o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

Parte 4: Após a apresentação, será aplicada uma dinâmica de grupo para que seja aberto um espaço para ampliar a possibilidade de manifestação dos participantes presentes, expondo sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas. As contribuições também poderão ser encaminhadas pelo site www.consultasociedade.com.br (? a confirmar), onde ficarão disponíveis: o MRI/PDR, o MGAS e AAS/PGAS.

Parte 5: As respostas aos questionamentos serão realizadas após a dinâmica e as que por motivos técnicos ou de tempo não forem contempladas no momento, serão respondidas no site do Município. As perguntas serão respondidas, utilizando-se critério baseado na ordem da manifestação, questionamentos ou contribuições semelhantes, e relevância e complexidade ao escopo do pleito.

Parte 6: Por fim, serão apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões, agradecimentos e encerramento do evento. Complementarmente, será informado ao final da sessão os canais que estarão disponíveis para recebimento de contribuições relacionadas ao escopo do programa e dos documentos ambientais e sociais por um período de uma semana após o evento.

Obs.: A consulta será registrada com ata, gravações, fotografias para documentação e posterior revisão do material. A Consulta será gravada e editada, com o objetivo de produzir documentos que comprovem a realização da consulta pública e as lições aprendidas pelo Programa durante a fase de consultas.

8.2. Devolutiva de Questões

Sempre que possível as questões levantadas serão tratadas e respondidas durante o próprio evento de consulta, as perguntas e respostas – tanto dos eventos, quanto enviadas por outros canais – serão consolidadas e publicadas no site www.XXXXXXXXXXX.com.br.(A definir)

8.3. Gênero em desenvolvimento e vulneráveis

Com relação à questão de gênero, buscando promover o processo de consulta pública às partes interessadas de modo democrático, igualitário e participativo, algumas diretrizes serão assumidas ao longo das ações de mobilização, chamamento e participação, de acordo com as necessidades e dificuldades mapeadas ao longo do processo de avaliação e análise das questões prioritárias que afetam a disponibilidade, acesso e participação de mulheres, LGBTQI+, idosos, comunidades tradicionais e costeiras, etc ao longo do processo de Consultas Públicas.

A evolução dos processos de gestão na participação de gênero possibilita um resultado bastante satisfatório, apresentando participação efetiva e predominante de grupos desfavorecidos nas reuniões, oficinas e consultas realizadas.

As ações que ajudarão a promover a participação efetiva de tais grupos e serão adotadas para todo o processo de consultas públicas do PROGRAMA, são as seguintes:

- O processo de mobilização contempla e observa o papel de participação dos grupos mais desfavorecidos, tendo em vista, inclusive, o apresentado nas ações provenientes do cadastro e da consolidação do diagnóstico. A primeira estratégia é envolvê-los na fase de preparação, tornando-os protagonistas da sensibilização e participação das demais famílias no processo de consultas, atuando diretamente nas ações de campo e nas peças de comunicação a serem veiculadas.
- Em atendimento às necessidades para garantir a participação como tempo de ausência do imóvel, será oferecido: (i) o local da Consulta Pública será dentro da área do Projeto ou em local mais próximo ou de mais fácil acesso, visando menos tempo para o deslocamento e a facilidade de traslado até o local; e, (ii) será oferecido um espaço infantil para apoio aos cuidados das crianças no decorrer do evento, conforme a necessidade; (iii) serão disponibilizados dispositivos de acessibilidade e segurança para portadores de condições especiais; (iv) as equipes de trabalho serão todas orientadas para incorporar as questões associadas a gênero em desenvolvimento e vulneráveis.
- O trabalho social se balizará em eixos principais de atuação e, em cada um deles o público feminino e vulnerável será devidamente priorizado e contemplado, desde o trabalho de mobilização, organização e disseminação da informação à comunidade por meio do fortalecimento de ações de gestão participativa, promoção da cidadania, capacitações, educação socioambiental, monitoramento participativo e avaliação contínua das práticas aplicadas.
- Será oferecido apoio no local de atendimento que seja mais próximo da área do Projeto, no período de execução do evento de Consulta Pública, visando a orientação dos(as) comunitários(as) interessados(as) em participar, em especial, mulheres, idosos, comunidades tradicionais, LGBTQI+ e demais grupos vulneráveis identificados. Esta prática objetiva atender necessidades específicas e dificuldades que a comunidade, principalmente grupos vulneráveis, podem apresentar para participar do processo, tendo em vista sobreposição de demandas domésticas, familiares e profissionais.
- Os tempos previstos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral foram ampliados, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo os grupos menos favorecidos e vulneráveis de participarem das consultas.
- Os espaços de coletas de informações, dúvidas e considerações estarão disponíveis à população antes, durante e até 15 dias após o evento, visando superar qualquer dificuldade de acesso às manifestações e respostas que ainda possam ocorrer.
- A participação efetiva de representações locais voltadas ao gênero em desenvolvimento será instigada através de convites direcionados às instituições e organizações sociais de defesa de cada grupo da área de influência do Programa;

9. RECURSOS ALOCADOS PREVISTOS

A seguir são descritos os recursos a serem alocados para a preparação, chamamento e execução das reuniões e consulta pública.

9.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social

As Consultas Públicas da Amostra Representativa do PDU Florianópolis serão divulgadas através de diversas formas de comunicação que envolvem desde o corpo a corpo, através da realização de articulações com o público diretamente afetado e seus representantes, mídias de massa e mídias digitais. Neste momento, também será feita a difusão de informações acerca dos projetos envolvidos, os impactos previstos e as medidas para mitigar tais impactos.

O **convite para a Consulta** será realizado através de conteúdos produzidos pela comunicação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, em alinhamento com a assessoria de comunicação, e divulgados nos meios convencionais, tais como: rádio, televisão, portais de notícias, redes sociais, aplicativos de conversa e jornais impressos.

A **mobilização dos interessados** ainda tem reforço de forma presencial, realizado pela equipe de Habitação e da Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, promovendo-se articulações com as principais lideranças e fomentando a disseminação da informação.

A **mobilização dos perfis vulneráveis**⁴ (como: idosos, LGBTQIA+, PCD, pessoas de baixa renda, mulheres chefes de família, entre outros) será feita através de **comunicação direta**, ou seja, contato corpo a corpo sendo realizada a visita **pela equipe da Prefeitura**, explicando, além das informações básicas relacionadas ao projeto, impactos e mitigações, a importância e o acesso a todos os perfis ao processo de consulta, projetos e documentos. Também será explicado para este público sobre as ações de atenção para promover acessibilidade e oportunidade de participação. Este grupo também será sensibilizado a participar através dos canais de manifestação disponíveis e serão ainda incentivados a divulgar e convidar possíveis representações ou indivíduos afetados que tenham interesse no processo de consulta. Para cada indivíduo deste grupo será ainda perguntado sobre a necessidade de medidas para propiciar a participação, sendo essa uma questão relevante que será avaliada e aplicada conforme a conveniência.

Os **conteúdos acerca do Projeto**, impactos relacionados e mitigações previstas serão disponibilizados no site institucional <https://www.florianopolis.sc.gov.br/>, e divulgados através de links nas redes sociais *Instagram* e *Facebook* por meio do **@Prefeitura Municipal de Florianópolis**, além de serem disparados simultaneamente através de ferramentas como o *WhatsApp*, com antecedência mínima de 7 dias da data do evento.

No **período da divulgação e chamamento**, será disponibilizado um canal de **contribuições online** para manifestação dos interessados - **WhatsApp** que será divulgado em todas as mídias utilizadas pela estratégia de comunicação das Consultas Públicas, através das redes sociais e do site da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Para as Consultas Públicas, a estratégia de comunicação será realizada através de articulações específicas com os líderes comunitários listados na matriz de partes interessadas, além da veiculação de materiais informativos enviados à imprensa e divulgados nas mídias sociais com o objetivo de sensibilizar a população e as lideranças da área sobre:

- o que são as consultas públicas, e;

⁴ Esta estratégia de ação de mobilização será realizada para perfis específicos das intervenções de reassentamento involuntário (demanda fechada), tendo em vista que neste tipo de demanda é possível fazer a identificação específica deste público.

- qual o papel da comunidade afetada ou interessada nessa fase de preparação do PDU Florianópolis.

No engajamento das comunidades afetadas, o papel estabelecido deve abarcar sua inclusão como parte do projeto, de forma a atribuir direito de manifestação e participação no processo de implantação do projeto, além de imbuir as partes afetadas do sentimento de pertencimento do projeto e seus benefícios, e que para se alcançar os objetivos estabelecidos no projeto deve-se ter um trabalho conjunto entre as partes. Já as partes interessadas estão envolvidas no papel de observador e promovedor do bem-estar da comunidade e do meio ambiente, além de também abranger seu papel de colaborador ou formador da opinião pública.

O **chamamento das partes afetadas e interessadas** no PDU Florianópolis será feito de modo geral através de algumas formas de abordagem, a saber:

- Contato Ativo (via telefone/WhatsApp/E-mail);
- Matérias divulgadas na imprensa;

Figura 39 – Exemplos de materiais de divulgação (PROSAMIM+/MANAUS)



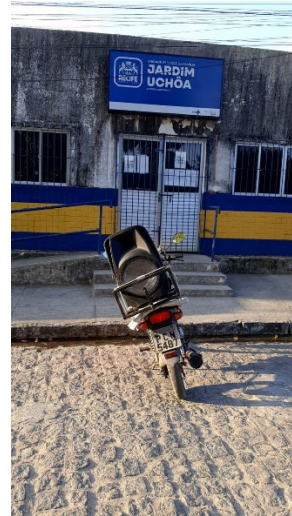
Convite WhatsApp



Cards Redes Sociais – contagem regressiva

Fonte: UGPE-PROSAMIM+, 2022 – Consultas Híbridas – PROSAMIM+

Figura 40 - Exemplos de materiais de divulgação (Cartaz: PROSAMIM+/MANAUS e Moto-som: Promorar/RECIFE)



Fonte: UGPE-PROSAMIM+, 2022 – Fonte: UGP-Promorar – Recife, 2022 – Relatório de Consultas Híbridas – PROSAMIM+

As formas de participação e manifestação no processo de consulta são:

- **As partes poderão participar da consulta:**
 - i. presencialmente nos pleitos estabelecidos;
 - ii. presencialmente nos locais previstos para transmissão da reunião de consulta estabelecido no município;
 - iii. à distância acessando os canais de transmissão das consultas através de computador ou celular;
 - iv. virtualmente, através do site com informações e documentação sobre o projeto, impactos e medidas.

- **As partes poderão também enviar suas preocupações:** através de manifestação feita nos canais oficiais estabelecidos: WhatsApp/e-mail da Consulta a ser informado nas peças e veículos de comunicações de chamamento e divulgação, bem como na própria consulta; através de formulário na página da Internet do Projeto.

- **As perguntas/questionamentos serão respondidas através de:**
 - i. esclarecimentos e respostas dadas no momento da apresentação e interação da reunião de Consulta;
 - ii. através de publicação consolidada dos questionamentos e respostas no site do PDU Florianópolis – cujo tempo previsto para esta publicação é de 15 dias.
 - iii. através de e-mail ou WhatsApp, com tempo de resposta de até 10 dias.

9.1.1. Recursos de comunicação existentes

A Prefeitura Municipal de Florianópolis já dispõe de instrumentos de Comunicação Social para atendimento das demandas existentes nesta área e que serão disponibilizados para o presente Plano.

Estes instrumentos deverão abordar brevemente: (i) o escopo do projeto; (ii) os impactos previstos nas fases do projeto; e, (iii) data e informação do evento de consulta pública;

(iv) medidas de mitigação e compensação. (v) como participar; (vi) como encaminhar manifestação ou preocupação. (vii) qual o tempo para responder as manifestações e perguntas enviadas pelo MQR; (viii) como acessar o MQR.

Uma versão de divulgação da Avaliação Ambiental e Social (AAS), do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) estarão disponíveis com antecedência mínima de duas semanas da data da consulta pública, no site www.florianopolis.sc.gov.br.

Junto das minutas destes documentos serão disponibilizadas apresentações explicativas em linguagem simples e didática, com informações sobre o PDU Florianópolis, no que tange os seus objetivos, obras e suas tipologias propostas, riscos e impactos ambientais e sociais positivos e negativos do PDU Florianópolis referentes à sua implantação e operação.

Produzido o material informativo, inicia-se o chamamento e a mobilização de como, quando e onde serão realizadas as consultas públicas, através de articulações com as equipes da Habitação, Assistência Social e Assessoria de Comunicação, impressão e distribuição/fixação do material de comunicação, convites entregue através de representações das comunidades e de representantes de instituições correlacionadas, informativos encaminhados via *WhatsApp* e a veiculação de materiais informativos através de releases enviados à imprensa e nas mídias sociais.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis possui uma Assessoria de Comunicação e Marketing que atua na divulgação das ações, promovendo os programas que executa, através da divulgação e articulação de matérias jornalísticas positivas na mídia local e nacional.

9.2. Recursos humanos

A equipe de Comunicação Social é composta, de acordo com o tipo e tamanho de obra, de forma a aplicar e atender as exigências estipuladas para o Programa de Comunicação Social. Esta equipe poderá executar o Plano de Consulta e Programa de Comunicação.

Atualmente a Assessoria de Comunicação do Município conta com Secretaria Executiva de Comunicação.

Também haverá o apoio nas ações de divulgação da equipe da Secretaria de Habitação e da Assistência Social.

10. COMUNICAÇÃO SOCIAL– ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA (CONSULTAS PUBLICAS)

Este item visa dotar o Plano de Consulta e Participação de métodos e conceitos que garantam o fluxo de informações entre o mutuário e a população local a ser afetada, além de atores sociais interessados. Tais instrumentos de comunicação devem difundir de forma adequada as informações relevantes dos projetos e atender aos questionamentos feitos pelas partes interessadas. Deve, portanto, atuar preventivamente na mitigação de dúvidas e questionamentos da população, além de promover a boa comunicação, relação institucional e explicitar as boas práticas e soluções adotadas às entidades governamentais e da sociedade civil atuantes, além dos formadores de opinião.

Destaca-se que as estratégias definidas aqui também subsidiarão e estarão válidas para a fase de execução do Programa, contemplado no PGAS na forma de um Plano de Comunicação Social ou Plano de Engajamento de Partes Interessadas.

O Plano de Comunicação Social no âmbito do Engajamento de Partes Interessadas tem o objetivo de viabilizar um canal de relacionamento direto e constante entre o empreendedor e as comunidades afetadas e aquelas situadas no entorno, com vistas a reduzir eventuais dúvidas sobre impactos associados ao empreendimento e que poderá ser posteriormente aproveitado no Plano de Comunicação do Programa.

Como objetivos específicos na comunicação do Processo de Consultas Públicas, destacam-se:

- Divulgação geral do empreendimento – Tornar público para a sociedade as informações básicas sobre o Programa, tais como: características das intervenções, as demandas existentes e, sobretudo, os benefícios a serem gerados, localizações e etapas de implantação;
- Divulgação das ações sociais e ambientais programadas – Divulgar e manter diálogo com as comunidades afetadas sobre os impactos potenciais previstos e os programas socioambientais a serem desenvolvidos, os requisitos de controle ambiental durante as obras, visando motivar a colaboração dos afetados e incentivá-los na busca de soluções mitigatórias;
- Coleta de contribuições, questionamentos e questões relevantes à avaliação ambiental e social do Programa, e promover a devolutiva satisfatória de tais manifestações;
- Reduzir dúvidas e anseios das partes interessadas e afetadas, promovendo transparência e divulgação de informações relacionadas e de interesse público;
- Servir como base para o Plano de Comunicação do Programa.

10.1. Abordagem da Comunicação Social para Consultas Públicas

Para atingir de maneira eficaz os objetivos explicitados, os trabalhos ora propostos deverão abordar os temas a seguir apresentados:

- Informação Divulgável – Envolve o conjunto de ações e instrumentos de comunicação que objetivam informar os diferentes públicos sobre as características do empreendimento e suas especificações técnicas e construtivas, benefícios, impactos associados, adoção de medidas mitigadoras e desenvolvimento de ações socioambientais. Deve ser parte da divulgação institucional rotineira do mutuário.
- Articulação – Abrange as ações de interação e comunicação desenvolvidas com o objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com a opinião pública regional e local, as instituições governamentais e, principalmente, com a população local, suas entidades representativas e lideranças.
- Monitoramento e Avaliação – Envolve o processo de acompanhamento, organização, arquivo e avaliação das ações de comunicação social em suas atividades de prestação de informações e captação e respostas a inquietações da comunidade.

10.2. Recursos de comunicação existentes

O Município já dispõe de instrumentos de Comunicação Social para atendimento das demandas existentes nesta área e que serão disponibilizados para o presente Plano.

Segundo informações disponibilizadas, o canal a seguir relacionado também atua na área de Comunicação Social, a saber.

(colocar *print* de algo da rede social oficial?)

Figura 4 – Divulgação do Município em Mídias Sociais

Com relação a estrutura de comunicação existe um canal “Fale Conosco” no site (a definir), onde podem ser enviadas mensagens de texto com contribuições, solicitações ou reclamações.

Também existem os e-mails que podem ser utilizados para envio de material (fotos, vídeos etc.): (a definir) xxxxx@xxxxxxx

As mídias sociais oficiais existentes para divulgação e recepção de informações do Município são: (confirmar com comunicação)

<https://twitter.com/>

<https://www.facebook.com/>

<https://instagram.com>

Por fim, a população também conta com o telefone xxxxxxxx (Setor de Habitação), para eventuais contribuições, solicitações e dúvidas.

As figuras a seguir apresentam os modelos que hoje são utilizados do Município e que devem servir de ponto inicial para a criação da identidade do Programa.

(Incluir)

Figura 4 – Área “Fale Conosco” e demais ferramentas de comunicação

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL, 2023

Figura 5 – Rodapé do site do Município, com canais de comunicação

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL, 2023

10.3. Atividades a serem desenvolvidas na Divulgação e Comunicação durante o Processo de Consultas Públicas da Preparação

A estratégia de divulgação e comunicação durante o processo de consultas públicas da preparação do PROGRAMA envolve atividades apresentadas neste item.

É importante destacar que a comunicação pode ocorrer de três formas através dos canais/ferramentas já existentes e/ou estabelecidas neste Plano, sendo:

- **Forma Ativa:** O Mutuário é o emissor da mensagem, através de ferramentas de única via de informação (exemplo: informes, panfletos, anúncios em jornais). Nesta forma, a população não tem um canal para se posicionar ou responder.
- **Forma Passiva:** A população é o emissor da mensagem, recebida através dos canais de comunicação estabelecidos (ouvidoria, canais não interativos, funcionários e trabalhadores, jornais e revistas). Nesta forma a população envia uma informação.

- **Forma Dialógica:** promovida através de canais que proporcionam um diálogo interativo *on time* entre as partes (consultas públicas, entrevistas, canais interativos). Neste caso, o processo de comunicação se apresenta de forma mais dinâmica, com um diálogo mais aberto e espontâneo entre as partes.

A organização de todos os registros a serem feitos durante o processo de Consulta Pública Significativa será concentrada pelo Município, que receberá dos diversos canais as informações relevantes para estruturação e consolidação do Relatório de Consultas Públicas Significativas, sejam em forma passiva, ativa ou dialógica.

As formas de registros do processo de Consulta Pública Significativa utilizadas envolvem fotos, cadastros, textos fornecidos através dos canais de manifestação com posterior consolidação em arquivo eletrônico (Word, Excel, vídeos, áudios),

O Relatório de Consultas Públicas Significativas do PROGRAMA apresentará de forma consolidada os seguintes itens:

- Descrição geral do Programa;
- Princípios adotados nas consultas;
- Registro da divulgação e chamamento;
- Descrição dos locais de transmissão e realização das consultas;
- Caracterização do perfil e público participante;
- Dinâmica da Consulta Pública;
- Contribuições e Manifestações (com respectivas respostas);
- Conclusão;
- Registros (fotos, listas de presença ou cadastros etc.).

10.3.1. Atividade 1 – Gestão da estratégia de comunicação do processo de Consultas Públicas para preparação do Programa

A equipe de comunicação social do Município, estará responsável na Atividade 1 por:

- Organização e sistematização de informações técnicas utilizadas na preparação do material e documentos a serem divulgados para o chamamento das reuniões e da consulta, bem como de seus resultados;
- Garantir os meios de comunicação necessários para a execução do processo de Consulta Pública, conforme o estabelecido no cronograma.
- Caracterização do público-alvo e mídias locais, com a manutenção e atualização do quadro de partes interessadas (*stakeholders*) apresentado em sua versão inicial no Anexo deste documento; registro das manifestações e sugestões sobre os impactos, medidas de mitigação socioambiental e desenho do programa.
- Estruturação dos instrumentos de comunicação, peças publicitárias e canais de comunicação;
- Identidade visual do Programa.

10.3.2. Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação

Para divulgar as informações essenciais é necessário preparar material básico, com identidade visual própria a ser definida pelo Município de Florianópolis. Deverão ser elaborados materiais de divulgação adequados a cada público-alvo, tais como cartazes, cartilhas, panfletos etc.

Este material configura apoio à divulgação de informações e comunicação prévia. O material poderá ser utilizado nas fases de execução das obras e implantação de programas socioambientais, no que for pertinente, de acordo com a aderência e conveniência.

10.3.3. Atividade 3 – Gestão da Comunicação na fase de preparação do PROGRAMA

Conforme o Capítulo 10 deste documento, diversos mecanismos de comunicação serão utilizados na fase de preparação do PROGRAMA, estes mecanismos devem configurar e garantir a interconexão entre o executor e as Partes Interessadas, tornando eficiente o processo de conhecimento de questões que podem afligir a comunidade, bem como sua melhor resolução. Importante destacar que desde o processo de divulgação do Programa e do chamamento para as consultas públicas, os mecanismos disponíveis serão amplamente divulgados, incluindo seu período de funcionamento, alterações nos canais, possibilidades e temas de manifestação e orientações quanto ao processo de resposta.

É importante destacar que, por ser fase de preparação, as informações a serem disponibilizadas poderão apresentar caráter preliminar, até pela possibilidade de que contribuições da população possam gerar alterações, daí a necessidade de se gerir adequadamente as informações e solicitações dos canais de comunicação. Neste sentido se considera um roteiro mínimo, que poderá auxiliar a elaboração do Plano de Comunicação no PGAS:

- É importante a apresentação das características gerais dos empreendimentos que compõem Programa e das áreas de intervenção, suas localizações e principais benefícios a serem auferidos, deve-se dar destaque para onde serão construídas as quadras habitacionais, a remoção das áreas de risco, a resolução de problemas relacionados com inundações e alagamentos;
- Apresentação dos estudos socioambientais realizados, os principais impactos socioambientais identificados e programas elaborados para reduzir tais impactos. Neste caso, é importante destacar também os programas e ações voltados a evitar a perda de renda da população;
- Divulgação dos meios de comunicação direta com o Município, conforme o Capítulo 10 deste Documento.

Em certa medida, as informações apresentadas na Fase de Planejamento também deverão abarcar informações mínimas consolidadas em um Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas do PROGRAMA, definido com diretrizes a serem adotadas durante a fase de execução, a ser apresentado no documento socioambiental PGAS.

Durante a realização do processo de consultas públicas na preparação do Programa, profissionais envolvidos no atendimento à população – tanto do Município, quanto eventuais terceirizados (supervisoras/gestora ambiental, empresas de comunicação etc.) –deverão estar devidamente capacitados para o atendimento ao público,

esclarecendo as dúvidas ou direcionando as questões, e registrando e encaminhando demandas mais complexas para as áreas competentes.

Os Canais de Atendimento ao Cliente/Cidadão definidos para a preparação do PROGRAMA concentrarão as demandas de recepção e gestão das manifestações da população a respeito das obras e atividades realizadas. Estes canais deverão incluir um cadastro organizado e atualizado com o registro de todas as manifestações recebidas e de todas as atividades de gestão de respostas realizadas. Este processo poderá contribuir com conhecimento para construção do Plano de Comunicação a ser proposto no PGAS e que será ativo por toda a vida do Programa.

ANEXO 1 – MATRIZ DE PARTES INTERESSADAS

Id	Nome / Razão Social	Projeto do programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Subtipo do stakeholder (conforme exemplo da tabela abaixo)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento

Id	Nome / Razão Social	Projeto do programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Subtipo do stakeholder (conforme exemplo da tabela abaixo)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento

Id	Nome / Razão Social	Projeto do programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Subtipo do stakeholder (conforme exemplo da tabela abaixo)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento

Id	Nome / Razão Social	Projeto do programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Subtipo do stakeholder (conforme exemplo da tabela abaixo)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento

Id	Nome / Razão Social	Projeto do programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Subtipo do stakeholder (conforme exemplo da tabela abaixo)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento

Id	Nome / Razão Social	Projeto do programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Subtipo do stakeholder (conforme exemplo da tabela abaixo)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento

Id	Nome / Razão Social	Projeto do programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Subtipo do stakeholder (conforme exemplo da tabela abaixo)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento